

RONALDO TEIXEIRA MARTINS ✱

À TERCEIRA MARGEM

**UM ENSAIO PARA A DESCONSTRUÇÃO DA CATEGORIA
LINGÜÍSTICA DE ASPECTO**

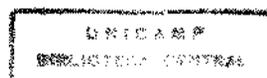
Texto apresentado ao Departamento de
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Edson Françoze ✱

UNICAMP

Campinas

1997

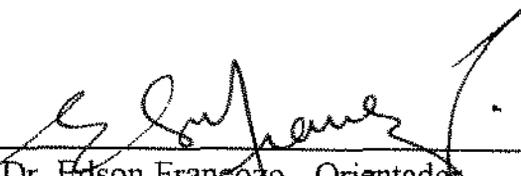


UNIVERSIDADE:	BC
INSTITUTO:	Unicamp
CODIGO:	3667
NUMERO:	29969
DATA:	28/11/97
CLASSIFICACAO:	C [] D [x]
DATA DE ENTRADA:	28/11/97
DATA DE SAIDA:	01/05/97
CPD:	

CM-00097269-8

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M366t	<p>Martins, Ronaldo Teixeira</p> <p>À terceira margem. um ensaio para a desconstrução da categoria linguística de aspecto / Ronaldo Teixeira Martins. - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.</p> <p>Orientador Edson Françoze</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Categorização (linguística) 2. Gramática I. Françoze, Edson. II Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem III. Título.</p>
-------	---


Prof. Dr. Edson Françaço - Orientador


Prof.^a Dr.^a Margarida Salomão


Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Ronaldinho Teixeira

Martins

e aprovada pela Comissão Julgadora em

18, 02, 97.

Prof. Dr. Edson Françaço

Para Fernanda.

RESUMO

O objetivo mais claro deste texto é infirmar o caráter representacional da categoria lingüística de ASPECTO. Ainda que possam ser estabelecidas definições positivas (duração, completamento, repetição) para a marca aspectual, a categoria de ASPECTO não está por outras categorias da realidade, do pensamento ou da própria linguagem: essas extensões são normativas (concebidas a posteriori, em um esforço de conceptualização do fenômeno) e não constitutivas de ASPECTO. Se a categorização é de fato um fenômeno psicológico fundacional (pré-conceptual), e não a representação de conjuntos de traços ou de feixes de propriedades comuns, ASPECTO é sentimento — o sentimento da conjunção e da disjunção dos juízos aspectuais — e só pode estar relacionado a definições conteudísticas (não-estruturalistas) se, paradoxalmente, se renunciar à natureza descritiva (e postular o viés fabulativo) da teoria lingüística.

SUMMARY

This text intends to refuse the representational character of a grammatical category: ASPECT. Although positive definitions (duration, completeness, repetition) can be set up for the aspectual mark, ASPECT does not stand for any other category, in Reality, in Thought or in Language. These extensions are regulative: they are conceived after the categorization itself, in our attempt to conceptualize the phenomenon; they are not constitutive of ASPECT. The assumption of categories as psychological foundational phenomena (a pre-conceptual one), instead of representations of sets of traces, leads to a theoretic breakpoint. ASPECT is feeling — the feeling of conjunction and disjunction of aspectual judgements — and it can be related to contentful definition (not-structuralist ones) if, and only if, we renounce the descriptive nature of linguistic theory

SUMÁRIO

1. *Introdução*, 2
2. *Nel mezzo del camin...*, 17
3. *Messieurs: vous plaît-il d'ouïr l'air du fameux La Palice*, 32
4. *O sono da razão produz monstros*, 48
5. *Rien à faire*, 59
6. *Obedeça à gramática quem não sabe pensar o que sente*, 66
7. *Quid est ergo tempum?*, 81
8. *A vertigem intelectual do infinito*, 95
9. *Conclusão*, 105
10. *Referências bibliográficas*, 111

1. Introdução

O único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale.

(Paul Feyerabend)

É possível uma definição positiva, conteudística, não-estruturalista, para a categoria lingüística de ASPECTO¹? É pertinente dizer que ASPECTO está por alguma coisa, que ASPECTO é sobre alguma coisa, alguma coisa que está fora de ASPECTO? ASPECTO é representação?

Assinale-se, desde já, o móvel deste trabalho, o fragmentário centro de gravidade em torno do qual orbita esta dissertação. Não é outro o seu objetivo senão responder a essas perguntas, variações de uma mesma interrogação: pertence ASPECTO ao domínio do dizível ou do inefável?

¹ Será crucial distinguir, neste trabalho, a referência à categoria lingüística e a referência ao substantivo comum representados pelo mesmo item lexical 'aspecto'. No primeiro caso — e no caso de todas as categorias gramaticais e outros operadores da Lingüística — me valerei de caracteres em caixa-alta: no segundo, serão usados caracteres simples. De resto, a notação aqui utilizada, quando necessária, reportará a proposta por Jackendoff 1983: o referente no mundo real, não sendo reportável, não licencia qualquer notação; ao referente no mundo projetado caberá a representação entre cancelas: #aspecto#: a estrutura conceitual será representada por maiúsculas (ASPECTO), e a expressão lingüística (sua forma), por itálico (*aspecto*). Também será utilizada a notação proposta por Lyons 1977, quando se fizer necessária a distinção entre menção (entre apóstrofes: 'aspecto') e uso (ausência de marca: aspecto).

A interrogação comporta, em princípio, duas leituras e, portanto, duas espécies de resposta. Uma primeira, metacientífica, epistemológica, voltada para os critérios de validação de uma hipótese científica — a da existência de ASPECTO — escapa aos objetivos deste texto. Não se pretende, aqui, proceder à crítica da Linguística e do seu instrumental teórico de reflexão sobre a linguagem. Não me interessam, neste trabalho, as formações discursivas e as formações ideológicas que se materializam nos textos e tratados sobre ASPECTO. Tampouco me preocupará o risco do relativismo radical que este trabalho deixa entrever, a idéia da impossibilidade de todo e qualquer conhecimento verdadeiro, a reflexão acerca da circularidade inevitável e da inescapável imprecisão das descrições do homem para a realidade. Esta dissertação não pretende, definitivamente, pertencer ao domínio da Análise do Discurso ou da Filosofia da Ciência.

O objeto de estudo é outro. Relaciona-se à segunda natureza — imensamente mais limitada — de que são feitas as respostas possíveis para a interrogação que inaugura esta dissertação: sua natureza científica, lingüística, psicológica. A possibilidade de que trato já não é a possibilidade ontológica de ASPECTO poder se definir ou ser definido substantivamente; é antes a realidade psicológica dessa definição. Move-me o desejo de saber, não se é possível relacionar ASPECTO a categorias extralingüísticas, mas em que medida esse relacionamento é compatível com os dados da Psicologia.

Por que, porém, discutir o realismo das definições positivas de ASPECTO? De onde surge — e como se coloca — o objeto de estudo deste trabalho? De que vale pesquisar a psicologia de ASPECTO?

A interrogação que me serve de ponto de partida não tem merecido nenhuma atenção dos tratados encontrados sobre ASPECTO. A tradição da aspectologia, do português como de outras várias línguas, pressupõe, consensualmente, que a resposta para a pergunta inicial é e só pode ser ‘sim’; que ASPECTO pertence ao círculo do dizível; que é possível uma definição conteudística de ASPECTO; que ASPECTO reporta as categorias naturais de duração e/ou completamento, entre outras; que ASPECTO é mais do que simplesmente uma diferença, uma disjunção, mais do que apenas tudo aquilo que os outros elementos do sistema que integra não são.

No entanto, a resposta aqui postulada para a pergunta — que se desvendará ao longo do texto e que conformará a tese desta dissertação — é ‘não’. Não são aceitáveis as definições positivas de ASPECTO, apesar de toda a tradição. Não é possível que ASPECTO esteja pelo não-ASPECTO, que ASPECTO seja sobre o extra-ASPECTO. ASPECTO pertence ao domínio do inefável, do que só pode ser recuperado (e canhestramente) em parte, do que está aquém (ou além) da linguagem. ASPECTO não é representação.

Entre a pergunta e a resposta, a dissertação. E o objetivo da dissertação não é senão convencê-lo, a você, meu leitor, de que a resposta é uma resposta: de que, dada a pergunta e todos os fatores intervenientes, é realmente provável, é verdadeiramente possível, quiçá inevitável, que não seja de fato legítimo estabelecer uma definição conteudística para a categoria lingüística de ASPECTO.

Não me tome, porém, por um falseacionista ingênuo, a ponto de acreditar poder convencê-lo do que quer que seja. Sei que a idéia da sucessividade de paradigmas na história da ciência tem sido freqüentemente preterida por uma postulação de simultaneidade. Mais do que propriamente superposições de modelos de explicação científica, existiriam justaposições (proliferações) de teorias que, competindo entre si, acabam prevalecendo antes por fatores extracientíficos (tenacidade, por exemplo) do que pelo caráter proibitivo e falseável das hipóteses que as compõem, sempre passíveis de contornos e adaptações auxiliares (cf. Lakatos 1979). A história da ciência — e particularmente a das ciências humanas — tem se revelado muito mais uma questão de propaganda, de poder de persuasão (e, seguramente, de estratégias de cooptação), de políticas de fomento que privilegiam esta ou aquela abordagem, este ou aquele objeto de estudo, do que o mero acúmulo de aproximações graduais (e desinteressadas) à Verdade. O movimento pendular das teorizações sobre ASPECTO, que reabilitam hoje conceitos ontem abandonados (e que muito provavelmente voltarão a sê-lo amanhã), é particularmente sintomático de uma ciência que não se constitui nem através do desenvolvimento linear do conhecimento (como podem supor, por exemplo, Hempel e Popper), nem como uma “sucessão de discontinuidades relativamente bruscas” (como acredita Kuhn).

Este texto e esta abordagem são prisioneiros, portanto, de uma sociologia que não lhes caberá discutir. São reféns de uma dor de mundo que condiciona e permite sua interpretação. E observe-se que este sentimento *ex-machina* que me move aqui é eminentemente insidioso. O que se afirma, em última instância, é que nada pode ser

afirmado. A tarefa proposta envolve muito mais crítica do que propriamente construção. Não pretendo defender que ASPECTO corresponde às idéias x e y . A natureza deste trabalho não é, na verdade, propositiva. Não cabem neste texto novas definições de ASPECTO ou abordagens originais do quadro aspectual do português contemporâneo. Não me interessa construir o Novo, somar à aspectologia, revigorá-la; importa-me — o que é seguramente mais simples — infirmar a tradição, destruir o Velho, condenar a aceitação de que ASPECTO possa ser definido a partir do não-ASPECTO. Envolve-me um relativismo que, como metástase, condena e solapa toda e qualquer coerência deste texto. Se nada pode ser afirmado, se nada pode ser conhecido, também não pode ser afirmado que nada pode ser afirmado, também não se pode conhecer que nada pode ser conhecido.

Resguarda-me, porém, do paradoxo da auto-referência — e distanca-me da epistemologia — a comparação entre diferentes paradigmas. Observo a realidade não da ótica intestina da própria realidade mas do ponto de vista externo e certamente miope da Psicolinguística. Sim, é necessário dizer que este trabalho habita, para o bem e para o mal, o intervalo entre Linguística e Psicologia, de onde retira não apenas os conceitos e o norte, mas os vícios e a simplificação. Toda a circularidade de que se revestiria cede à assunção de primitivos cognitivos, à hipótese da existência de uma “arquitetura mental”, à postulação de um movimento pré-conceptual de apreensão da realidade. Esta já será, pois, uma variedade de resposta inexoravelmente contaminada por assunções teóricas que impedem qualquer possibilidade de neutralidade científica ou de distanciamento epistêmico.

Necessário se faz, portanto, nesta introdução, resgatar a tortuosa, mesmo inívia, trajetória deste trabalho. A trajetória entre a pergunta e a resposta, objeto dos capítulos seguintes, e a trajetória entre a não-pergunta e a pergunta que inaugura esta dissertação. Não apenas para que se façam claros os pressupostos que a orientam — e que se torne explícita a concepção de ciência que a preside — mas para que se possam recuperar, durante a leitura, os referenciais teóricos e metodológicos sem os quais este trabalho muito pouco significa.

A categoria de ASPECTO me foi apresentada, em um já longínquo 1991, pela prof^ª Dr^ª Margarida Salomão, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, através de um convite para integrar um projeto de pesquisa. O projeto se propunha a investigar, originalmente, os processos de gramaticalização da categoria de ASPECTO no português contemporâneo. Partíamos da teoria da motivação cognitiva da gramática — tal como esposada por George Lakoff, Ronald Langacker, Eve Sweetser, Leonard Talmy e tantos outros que integram, ainda que residualmente, a bibliografia deste trabalho — para desvendar um sentido primeiro, provavelmente universal, vinculado à categoria, e estabelecer toda uma rede de expansões metafóricas translingüísticas que explicasse como ASPECTO se materializava na língua.

O projeto ressentiu-se, porém, desde cedo, da precariedade teórica que cercava os estudos da aspectologia do português e, na tentativa de prover a consistência que os teóricos negavam à categoria, perdi-me de meu objetivo original para ensaiar, também eu, uma definição de ASPECTO. Recenseada toda a bibliografia disponível, desisti da

empresa, que ASPECTO, o que quer que venha a ser — tinha-o decidido —, não valia a pena e a dor de uma nova definição. Ative-me apenas a observar, como tantos outros fizeram, que ASPECTO não é tanto uma categoria verbal quanto uma situação que se estabelece na sentença, ou mesmo em relações transfrásais, e que se materializa principalmente, mas não exclusivamente, no núcleo do sintagma verbal.

No mestrado, a questão que se me colocava deixou de ser o que é ASPECTO, ou como ASPECTO se manifesta na língua portuguesa, ou quais são as noções aspectuais válidas para o português. Passei a pesquisar o que conduz à idéia de ASPECTO, o que faz com que os linguístas acreditem que ASPECTO existe e vale a pena ser estudado, o que permite que se estabeleça uma categoria linguística de ASPECTO. Estas conformavam as verdadeiras dúvidas e inquietações que me afetavam e que mereceriam, portanto, resposta.

Não ignorava, porém, a complexidade da tarefa, e a empresa jamais se me colocou de forma tão pretensiosa quanto a princípio pode parecer. Não pretendia, a rigor, negar a existência de ASPECTO, embora tenha partido dessa hipótese. Procurava, sobretudo, entender a origem da idéia, o contexto no qual foi gerada, sua razão de ser.

Neste sentido, decidi que o caminho mais natural seria o de recuperar a filogênese da categoria, estabelecer seus pressupostos ontogenéticos e, por fim, comparar as duas histórias da constituição da idéia de ASPECTO. Um caminho natural mas pouco factível

para uma dissertação de mestrado. Apenas o traçado da filogênese envolveria dedicação e tempo que muito escapariam aos prazos de que o Instituto é tão cioso.

Tomei então o atalho da dúvida metódica. Como Descartes, tentei ousar desconfiar de tudo, e tudo questionar, até que se me restasse senão a dúvida: existe ASPECTO? Minha única certeza — e certeza contingente, é forçoso assinalar — era a de que eu não tinha dúvidas de que eu tinha dúvidas acerca da existência de ASPECTO. Todo o meu trabalho se resumiria, então, a me convencer de que ASPECTO de fato existia, de que não era apenas uma ficção da Lingüística.

Da certeza da dúvida sobre a existência de ASPECTO deduzi outra certeza: a de que, se pode não existir o referente #ASPECTO#, existe o nome 'ASPECTO' e, principalmente, o sentido ASPECTO, cuja pertinência é o objeto da dúvida. Não posso duvidar de que se tenha falado e escrito sobre ASPECTO. Não chego ao ponto de recusar toda a já longa tradição da aspectologia. Retomo mesmo, no segundo capítulo, os problemas e definições que participam das abordagens de ASPECTO para o português do Brasil. O que questiono é antes se o que se chama ASPECTO é realmente uma expressão referencial, se corresponde verdadeiramente, como os nomes próprios, a recortes da realidade extralingüística, ou se esse conceito ASPECTO, tal como o morfema {-va}, não pode ser definido senão através de sua articulação intralingüística, a partir de um sistema de oposições *où tout se tient*. O objetivo primeiro desta dissertação tornou-se, pois, responder à pergunta que funda este trabalho: discutir a possibilidade, e

a viabilidade, de estabelecer uma definição positiva, conteudística, substancialista, para a categoria lingüística de ASPECTO.

Coloca-se, então, como ponto de partida, a discussão acerca do estatuto da existência de ASPECTO. O que significa existir o nome 'ASPECTO' e o sentido ASPECTO? Existe tudo que pode ser verbalizado? Como a idéia de ASPECTO se insere e se articula no universo conceptual?

No capítulo terceiro se verificará que o conceito ASPECTO é ainda prisioneiro da polissemia de que a Lingüística (ciência positiva) acredita haver libertado a metalinguagem. Tantos são os sentidos de *ASPECTO* (forma) quantos são os usos que de *ASPECTO* se têm feito. A metalinguagem — exatamente como a linguagem, e a despeito do que quer fazer acreditar o empirismo lógico — não é unívoca. São várias as concepções de sentido, de linguagem, de Lingüística e de ciência que, de forma nem sempre convergente, licenciam e conferem significação a *ASPECTO*.

O capítulo quarto recua ainda mais e investiga a possibilidade de uma descrição consistente da linguagem pela linguagem. A dispersão de ASPECTO (conceito) apenas reforça a idéia de que a objetividade é um mito da ciência, e a transparência da linguagem um dogma da Lingüística. Até que ponto podem realmente ser traçadas fronteiras entre *ASPECTO* e *aspecto*? Em que medida as categorias da Lingüística são ainda categorias da linguagem? O que na verdade afasta os conceitos de MENÇÃO e USO?

O texto e a abordagem — confesso — são francamente pessimistas. O leitor verá que as interrogações não admitem uma resposta única ou não admitem mesmo nenhuma resposta. Quero crer, porém, que a metalinguagem é ainda uma linguagem e que não pode haver ciência do si, apenas do Outro. O conhecimento endógeno, o auto-conhecimento não pode ser senão impressão. A Dialética Transcendental deplora a perspectiva autocentrada que representa a própria possibilidade de um tratamento científico (ou de qualquer tratamento verbal) para ASPECTO. Restaria à aspectologia — e restaria à Linguística — conformar-se em ser não mais do que “uma doutrina natural” sobre a aparência racional que oculta o ilogismo da linguagem.

A hipótese da imponderabilidade da linguagem humana é, porém, tão legítima quanto estéril. E de uma dissertação de mestrado em Linguística se espera que acredite — pelo menos publicamente — na aplicabilidade dos constructos da Linguística teórica. É preciso, pois, recalcar a dúvida e aparentar crer que a linguagem que fala a linguagem é menos sujeita ao equívoco do que a linguagem que é falada. Faz-se necessário domesticar o ceticismo e aderir à ilusão. Sob o risco de a dissertação desautorizar-se a si própria e à própria Linguística.

O capítulo quinto opera o recalque da inefabilidade da linguagem. Encontro na Filosofia da Mente, particularmente na versão de Fodor 1981, o instrumento e o argumento de autoridade para os dois movimentos metodológicos que abonam esta dissertação: o ceticismo representacional e o solipsismo metodológico. Um e outro permitem fazer da Linguística uma ciência da superfície, o tratado do visível, a

arqueologia da linguagem. E alimentar a esperança de que se possa futuramente, por força de não sei que revolução científica, preencher o intervalo entre número e fenômeno.

No capítulo sexto, observo que a superfície de ASPECTO se articula à idéia de categoria gramatical, e que essa idéia, ela mesma, é semantizada por toda uma rede de relações e pressuposições que conduz, em última instância, aos postulados de Aristóteles acerca dos conceitos de categoria e categorização. A idéia de categoria gramatical permite as três definições básicas que se delineiam, na tradição, para a conceituação de ASPECTO. Para a primeira, ASPECTO será uma categoria da linguagem, um dispositivo de economia interna do sistema lingüístico. A segunda definição afirmará que ASPECTO reporta categorias da realidade, que ASPECTO é um modo de ser de frações do Real. Por fim, uma última vertente postulará que ASPECTO representa categorias do pensamento, que ASPECTO é um modo de pensar a Realidade. Essas três conceptualizações, aparentemente antagônicas, combinam-se para formar os conceitos normalmente adjudicados à categoria. Para todas essas definições, ASPECTO é representação, aponta para fora de si mesmo [para a linguagem, para a realidade ou para o pensamento] e, portanto, significa, pode ser definido substantivamente, positivamente. Em todos esses casos, ASPECTO é uma expressão referencial.

O objetivo do capítulo sétimo é, porém, contradizer todas essas possibilidades. Afirmar que ASPECTO não pode indiciar nem a linguagem, nem a realidade, nem o pensamento, sob o risco de incorrer em uma concepção falaciosa e psicologicamente

infundada de categorização. Problematizo aqui o estatuto aparentemente adâmico, mas na verdade escolástico, da idéia de categoria inventariada pela tradição gramatical. Nem a visão clássica de Aristóteles, nem os modelos alternativos da teoria dos protótipos (Rosch 1973) ou dos exemplares (Medin & Schaffer 1978) foram capazes de evitar a circularidade das discussões sobre a natureza e o elenco dos traços primitivos, atômicos, que, nessas versões decompositivas do fenômeno da categorização, orientariam o processo de inserção categorial.

Por fim, o oitavo e último capítulo sugere (e apenas sugere) um outro modelo de categorização: os traços que a categoria com efeito pode expressar são normativos, e não constitutivos de ASPECTO. Devem ser interpretados, não como a causa (ou a definição), mas como consequência da categorização. A duratividade, o completamento, o modo de ser da ação, a relação entre o tempo do evento e o tempo da referência podem ser atributos aspectuais, mas nenhum deles delimitaria a categoria de ASPECTO; seriam antes delimitados por uma determinada categorização aspectual.

Essa inversão metodológica — amparada nas propostas de Medin 1989 e Lakoff 1987 — recoloca, em outros termos, o fenômeno da categorização aspectual. Não mais importam os atributos da categoria de ASPECTO, mas o processo de categorização, o fenômeno (eminentemente psicológico) que subjaz à atribuição dos traços aspectuais. Os valores aspectuais passam a desempenhar um papel secundário (e sobretudo derivado) em relação ao processo de categorização. Mais importante se torna investigar por que se categoriza ASPECTO ou, em outros termos, por que as línguas naturais gramaticalizam

fenômenos como a aspectualização. Mas este já não pode ser objeto de estudo deste trabalho.

O que importa aqui é afirmar o parentesco entre categorias sobre a linguagem e categorias sobre o (supostamente) fora da linguagem. A idéia de categorização envolvida na formação do conceito MAÇÃ não pode ser diferente da relacionada à formação do conceito ASPECTO, a menos que estejamos dispostos a restabelecer as fronteiras — hoje abandonadas pela Antropologia — entre natureza e cultura. E tanto a categorização de MAÇÃ quanto a categorização de ASPECTO — postula a abordagem esposada — são pré-analíticas. De onde a impossibilidade de uma definição conceptual para o sentimento — jamais o conceito — que é originalmente ASPECTO.

Este é, em resumo, o percurso trilhado por esta dissertação. Ao longo deste percurso, o leitor será convidado a partir de pressupostos controversos que não cabe aqui discutir (ou este trabalho se auto-desconstrói). Os três mais polêmicos talvez sejam a natureza representacional da linguagem, a idéia de Realidade e o reconhecimento de uma marca aspectual. No primeiro caso, o leitor deve saber que este trabalho está sendo interpelado pela crença de que a linguagem é apenas um subconjunto da Realidade. De que há um fora-da-linguagem, de que há signos não-lingüísticos. De que a linguagem, embora constitua um domínio autônomo, com regras próprias e mecanismos específicos,

serve à representação — da maneira esquemática, redutora, simplificadora, mesmo carcerária que sói acontecer às representações — de uma alteridade não-lingüística².

O segundo pressuposto é interno ao primeiro. Parto da idéia — também eu — de que o não-signo³ não existe. O leitor verá que, neste trabalho, a idéia de Realidade se desvanecerá, e se confundirão os conceitos de sentido e referência, de *designatum* e *denotatum*, de concreto e abstrato. Influenciado pela fenomenologia e convencido pelos dados da Gestalt, devo antecipar que tomei o partido dos que acreditam que o objetivismo não é senão a face ingênua (ou o mascaramento insidioso) da intersubjetividade. Recusei a existência de uma realidade objetiva (ou da possibilidade de acesso a uma realidade objetiva) e a possibilidade fregeana de uma referência não psicológica.

Finalmente, o último pressuposto é condição deste trabalho. Desconstruir é apenas mais um episódio na (des)história da construção. Para negar ASPECTO, é necessário afirmá-lo. A aporia se estabelece como a margem de possibilidade de todo este texto. Parto obrigatoriamente da idéia de que há uma marca aspectual — de que ela é marca e de que é aspectual — especialmente representada, na língua portuguesa, pelos morfemas

²Reconheço que as contribuições que chegam da Psicanálise e da Análise do Discurso e que recusam a possibilidade de uma realidade não atravessada pela linguagem colocam obstáculos sérios a essa postulação de linguagem como representação. Não haveria o não-símbolo e, na medida em que todo símbolo seria lingüístico, não existiria o fora-da-linguagem. Perceber já seria, portanto, significar na linguagem. Não pretendo aqui problematizar essa versão — extremamente sedutora e igualmente provável: abandonar o caráter representacional da linguagem envolveria a eleição de uma outra perspectiva de trabalho e a adoção de categorias que — confesso — nada domino.

³Na acepção de 'signo' da teoria dos signos de Peirce (1983): "algo que, para alguém, equivale a alguma coisa, sob algum aspecto ou capacidade". É interessante observar que, para Peirce, e para este texto, nem todo signo é necessariamente lingüístico. Quero crer que há ícones, índices, símbolos que não pertencem ainda à linguagem, embora sejam por ela referenciados.

do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo, como na oposição *Maria chegou ontem e Maria chegava ontem*. Essa marca — que se confunde aqui com as marcas de TEMPO e MODO — representaria a dualidade aspectual por excelência: a idéia de imperfectivo e a idéia de perfectivo, instâncias (pode-se dizer) consensuais de ASPECTO. Isso não significa, obviamente, que a idéia de ASPECTO se manifeste apenas através dessa marca, ou de que a sua simples ocorrência é suficiente e necessária para a gramaticalização da categoria. Elegerei a distância entre perfeito e imperfeito tão-somente como uma ilustração — talvez a mais forte, seguramente a primeira — do conceito. É a claudicante premissa maior de todo este texto.

Por fim, cabe dizer que a transparência da linguagem, neste trabalho, cede o lugar à justificativa desta dissertação: a pertinência — e o poder heurístico — de uma abordagem menos fragmentária, mais metacognitiva do que metalingüística, da questão das noções aspectuais e, por extensão, da própria linguagem humana.

Os erros categóricos teoricamente interessantes são aqueles cometidos por pessoas que são plenamente competentes na aplicação de conceitos, pelo menos nas situações nas quais eles são comuns, mas ainda são capazes, em seu pensamento abstrato, de alocar esses conceitos a tipos lógicos aos quais eles não pertencem.

(Gilbert Ryle)

A categoria lingüística de ASPECTO, que, juntamente com as categorias de NÚMERO, GÊNERO, PESSOA, CASO, TEMPO, MODO e VOZ, integraria o repertório das categorias gramaticais do português contemporâneo, oferece hoje à pesquisa um dos quadros mais confusos e controvertidos da Lingüística brasileira.

Controvertido, em primeiro lugar, porque muito freqüentemente ASPECTO não cabe nas definições tradicionais do que seja uma categoria gramatical: não só não possui flexão própria (não existem morfemas dependentes obrigatórios (formantes) que o caracterizem especificamente, isolando-o da categoria de TEMPO, por exemplo) como está freqüentemente subordinado à categoria de MODO (a marca aspectual geralmente só

é reconhecida no indicativo). Controvertido, também, porque muitas vezes não corrobora os limites — principalmente morfossintáticos — traçados entre gramática e léxico: a categoria, freqüentemente lexicalizada através de construções perifrásticas, prevê — fato incomum para uma categoria gramatical — restrições seletivas (s-seleção) por parte do conteúdo semântico dos lexemas que flexiona (exige o traço [+durativo], de onde **O vidro quebrava*). Controvertido, finalmente, porque não há consenso quanto à forma ou quanto à significação das noções pretensamente aspectuais.

De fato, a categoria de ASPECTO envolve, quase sempre, dissensão. Concorrem para a sua caracterização, entre os mais diferentes programas de pesquisa, os mais diferentes conceitos: a duratividade da situação verbal, a repetição, as fases de desenvolvimento, o grau de realização, o completamento, a maneira de ser da ação, a maneira de ver a ação, o tempo, a estrutura temporal interna, a relação entre o tempo da referência e o tempo do evento, a fundidade — todos se revezam na definição do que seria ASPECTO. Na tradição da aspectologia do português, há desde os que, por excesso de zelo, negam a gramaticalização da categoria (Cretella Jr. 1953), até os que, pela falta de rigor, pecam por definições excessivamente vagas ou abrangentes do conceito⁴. Mesmo entre aqueles que, mais cientificamente, se circunscrevem à duratividade e ao desenvolvimento e realização da ação, não existe acordo quanto ao quadro aspectual do português contemporâneo. Não há, absolutamente, consenso quanto à definição de ASPECTO ou quanto à expressão das formas aspectuais:

⁴Cunha 1975 (p.380) e Bechara 1977 (p.110) definem ASPECTO, respectivamente, como "matiz do tempo" e "matiz do verbo". Garcia 1988 (pp.67-68) fala em aspectos causativo, desiderativo, etc.

Aspecto é a categoria que atualiza o processo definindo-lhe a duração [...] é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento. É pois a representação espacial do processo. (Castilho 1967: 14)

Aspecto – Propriedade que tem uma forma verbal, de designar a duração do processo (momentâneo ou durativo) ou o aspecto propriamente dito sob que ele é considerado pelo falante (ex.: em seu começo – incoativo; em seu curso e ainda inconcluso – imperfeito; em seu fim já concluso – perfeito; concluso mas permanente em seus efeitos – permansivo). (Câmara Jr. 1988: 60)

Aspecto é a duração do processo verbal ou o prisma sob o qual ele é apreciado.” (Azevedo Filho 1975: 63-64)

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fase, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da ação. (Travaglia 1985: 53)

Chamaremos aspecto à categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de expressões de uma língua natural, (1) por seleção de um predicador pertencente a uma dada classe; (2) por quantificação do intervalo do tempo em que o estado de coisas descrito está localizado, e/ou (3) por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes. (Mira Mateus et al. 1983: 125)

Aspecto: categoria lingüística que marca a referência ou não à estrutura temporal interna de um fato. Apresenta duas possibilidades: perfectivo – fato referido como global. Não-marcado para as nuances da constituição temporal interna; imperfectivo – fato referido como marca de sua constituição temporal interna. Semanticamente restringido a lexemas que incluam o traço [+ durativo]. (Costa 1990: 38)

[...] chamaremos de aspecto a relação estabelecida entre o tempo de evento e o tempo de referência. O aspecto perfectivo será, então, a seguinte relação estabelecida entre o TE e o TR: (5.58) $TE \subset TR$ [...] A situação contrária, isto é, (5.59) $TR \subset TE$ é a relação que se estabeleceu para o aspecto imperfectivo. (Godoi 1992: 209)

Essa disparidade de conceitos não tem implicado, porém, a inexistência de convergências. Para a maior parte dos lingüistas, ASPECTO é uma categoria verbal, não-

dêitica, que se prestaria a representar a oposição existente, por exemplo, entre sentenças do tipo:

- (1) João fez o trabalho quando Maria chegou.
- (2) João fazia o trabalho quando Maria chegou.

- (3) O trabalho está para ser feito.
- (4) O trabalho está começando a ser feito.
- (5) O trabalho está sendo feito.
- (6) O trabalho está terminando de ser feito.
- (7) O trabalho está feito.

- (8) João trabalha todo dia.
- (9) João trabalha todo o dia.

- (10) O chão está sujo.
- (11) O chão está sujado.

- (12) Maria é bonita.
- (13) Maria está bonita.

- (14) João trabalha todo dia.
- (15) João está trabalhando todo dia.

Assim, são freqüentemente inventariadas como noções aspectuais, ainda que diferentemente designadas, as propriedades:

- A. PONTUALIDADE (MOMENTANEIDADE): *Fez*
- B. DURATIVIDADE: *Fazia*
- C. INCEPTIVIDADE: *Começava a fazer*
- D. CURSIVIDADE: *Estava fazendo*
- E. TERMINATIVIDADE: *Terminava de fazer*
- F. PERMANSIVIDADE: *Continuava a fazer*
- G. FREQUENTATIVIDADE (HABITUALIDADE): *Andava fazendo*
- H. IMINÊNCIA: *Estava para fazer*
- I. PROGRESSIVIDADE: *Ia fazendo*
- J. RESULTATIVIDADE: *Estava feito*
- L. CONCLUSIVIDADE: *Feito*
- M. INCONCLUSIVIDADE: *Fazendo*
- N. INCOATIVIDADE: *Ficou feito*
- O. ITERATIVIDADE: *Fazia (todo dia)*⁵

⁵Para efeito de explicitação dos diversos matizes aspectuais tradicionalmente arrolados, e para evitar confusão com outras categorias linguísticas, foram utilizados não os exemplos coligidos pelos autores, mas variações sobre a terceira pessoa do singular do passado do indicativo ativo — constantes, portanto,

A convergência é, contudo, relativa. Para muitos autores, muitas dessas noções arroladas não são propriamente aspectuais. Castilho (1967: 49), por exemplo, não concorda com o caráter aspectual de noções como incoatividade e progressividade, que, para ele, seriam apenas acessoriamente instanciadas por ASPECTO — seriam relativas, respectivamente, às noções de inceptividade e cursividade. Costa (1990: 24-28), por sua vez, recusa a postulação de repetição ou iteração (instâncias de NÚMERO verbal, conforme Coseriu) e as noções de iminência e as relacionadas às fases de realização, que seriam exteriores à situação verbal e, portanto, mais propriamente temporais do que aspectuais.

São também freqüentemente problematizadas as oposições aspectuais entre sentenças como (10) e (11), (12) e (13), e (14) e (15). À exceção do último par, que pode vir de fato a atualizar uma noção exclusivamente aspectual, a relação expressa por essas oposições ultrapassa a categoria de ASPECTO e envolve outras categorias lingüísticas, complicando a delimitação do fenômeno (a conotação aspectual, se existente, poderia ser acessória). No primeiro caso, a contaminação passiva é

a PESSOA, o NÚMERO, o TEMPO, o MODO e a VOZ — de um mesmo verbo, 'fazer'. No entanto, e emblematicamente, algumas dessas constantes tiveram de ser alteradas a fim de exprimirem as noções aspectuais listadas. Particularmente instigante é a contaminação passiva das formas que expressam resultatividade, conclusividade e incoatividade. Outro fato notório é a possibilidade de co-ocorrência de muitas das noções aspectuais, o que pode denunciar o caráter acessório de muitas delas e a necessidade de uma simplificação mais elucidativa, eliminada a redundância. Cabe ainda destacar que, para a maior parte dos autores, a categoria lingüística de ASPECTO, sendo uma categoria verbal, deveria ser atualizada pela morfologia do verbo; sintomático, porém, é que muitas das noções aspectuais arroladas não conseguem ser satisfatoriamente atualizadas apenas através da flexão e das perífrases verbais. Por fim, resta apenas lembrar que inúmeras são as atualizações aspectuais possíveis, aqui talvez excessivamente simplificadas no afã da representação exclusivamente lexical; muitas outras são as perífrases cabíveis e a perspectiva sintática é essencial na construção da significação aspectual.

sintomática: a oposição entre (10) e (11) também poderia ser instanciada pela categoria de VOZ, e a noção de resultatividade, tradicionalmente arrolada como aspectual, poderia sobrevir da ideia de passividade. O segundo caso, (12) e (13), encerraria uma distinção entre presente histórico e presente a-histórico (ou gnômico), sendo talvez mais pertinente à atualização ou não da categoria de TEMPO. O mesmo, de certa forma, aconteceria no terceiro caso, mas a noção aspectual poderia vir a preponderar, dependendo do contexto, obliterando a oposição temporal⁶.

As dissensões avançam, porém, para além da questão taxonômica, e muitas vezes problematizam-se mesmo pontos aparentemente consensuais. É comum, por exemplo, opor à noção de ASPECTO como categoria verbal algumas nuances aspectuais encontráveis nos nomes e adjetivos, como nas oposições *filme/filmagem*, *queimação/queimadura*, *convívio/convivência*, *democracia/democratização* ou *sujo/sujado*. Embora a maior parte desses casos se refira a substantivos e adjetivos derivados de formas originariamente verbais, é forçoso considerar que a presença de ASPECTO nos sintagmas nominais enfraquece a ideia de que o valor aspectual de uma sentença é tributário apenas do valor aspectual do sintagma verbal.

Outro problema concerne à definição de ASPECTO como categoria não-dêitica. Como ressalta Fuchs (1988), ela denota uma concepção muito limitada do fenômeno da dêixis, geralmente (mas indevidamente) restrita às categorias de PESSOA, TEMPO e LUGAR

⁶É um dos casos mais explícitos da inviabilidade de uma descrição morfossintática da categoria de ASPECTO. A atualização aspectual em sentenças isoladas, por mais que se tente explicitá-la, será sempre insatisfatória.

na semântica tradicional. Esta concepção seria hoje contestada por abordagens menos fragmentárias⁷ que acusam não apenas o alargamento do inventário dos signos dêiticos (o modelo clássico o restringia aos pronomes e expressões temporais e locais) mas a própria diversificação das relações associadas à dêixis, que passaria a incluir o tipo de ancoramento contextual que as formas aspectuais estabeleceriam com situações de referência extra-sentenciais, como, por exemplo, a relevância do conteúdo para o falante (a autora fala em “dêixis temática”).

Por fim, as classificações aspectuais, via de regra, não distinguem entre as categorias linguísticas de ASPECTO e AKTIONSART (MODO DE AÇÃO), mistificando a oposição existente entre as relações que se estabelecem entre (16) e (17) e as que se colocam a partir de (16) e (18), que dificilmente poderiam ser consideradas equivalentes:

- (16) João começou a fazer o trabalho.
- (17) João começava a fazer o trabalho.
- (18) João fez o trabalho.⁸

⁷A autora cita Sperber & Wilson.

⁸O problema é que orações como (16) e (17) contêm duas situações diferentes: a primeira, narrada, é a sentença propriamente dita (‘começar a fazer’, no caso); a segunda, chamada referencial, é o núcleo da primeira (‘fazer’). Noções como inceptividade, presente em (16) e (17), e outras do mesmo gênero (terminatividade, permansividade, habitualidade, etc.), derivariam da relação que se estabelece da situação narrada para a situação referencial (‘começar a fazer’ é inceptiva em relação a ‘fazer’); decorreriam, portanto, de uma relação interna, sintagmática. Bem diferente do que acontece com a noção de duratividade, que proviria da relação existente, por exemplo, entre (16) e sua contrapartida (18), e que seria, portanto, externa, paradigmática. Essa distinção, ainda que já estabelecida em termos, respectivamente, de AKTIONSART e ASPECTO, não é reconhecida pelas abordagens tradicionais, que insistem em tratar inceptividade e duratividade como elementos de uma mesma categoria gramatical. Quando muito, os autores apontam para meios supostamente diferenciados de expressão: lexical, para os fenômenos que deveriam concernir à AKTIONSART, e morfossintático, para os relacionados ao ASPECTO propriamente dito. Subsumindo os dois tipos de fenômeno em uma mesma categoria, a maior parte dos autores recusa uma especialização semântica em cada um dos casos.

Definir ASPECTO e inventariar as noções aspectuais não é, portanto, uma tarefa exatamente simples no atual quadro teórico da Linguística do português do Brasil. Eleger qualquer uma das definições apresentadas e delimitar suas formas de expressão é, antes de mais nada, recusar contra-argumentações quase sempre legítimas e arbitrar conceitos que nada têm de primitivos ou incontestados. Dizer que uma forma verbal atualiza esse ou aquele valor aspectual é apenas circunscrever-se a uma abordagem (entre as várias possíveis) que reconhece essa atualização e o caráter aspectual do valor atualizado; principalmente, é ignorar outras tantas perspectivas, igualmente consistentes, que não apontam necessariamente na mesma direção, para as quais a atualização e as noções em questão não são verdadeiramente aspectuais.

Na verdade, a maior parte das teorias existentes sobre ASPECTO tem compromisso unicamente com a nomeação dos fenômenos normalmente associados à marca aspectual. Elas não se interessam, via de regra, pela explicação desses fenômenos. Limitam-se apenas a listar as noções aspectuais eleitas, a exemplificá-las e a identificar as suas regras de uso e combinação. Não discutem — absolutamente — por que as línguas geralmente gramaticalizam fenômenos como a duratividade (se ASPECTO realmente denotar duratividade) e que importância isso tem para a estrutura semântica das sentenças. Recusam, quase sempre, qualquer psicologização. Não é sem razão, portanto, a instabilidade que se instala no quadro teórico de ASPECTO: a compreensão do fenômeno aspectual tem ficado a meio do caminho.

Retomemos, por exemplo, o percurso traçado por Castilho (1967).

O autor admite, primeiramente, a partir de Meillet, que a língua recorta a realidade em quatro diferentes categorias [os seres, os objetos, as ações e os estados]:

Na consideração das partes do discurso importa distinguir duas espécies de palavras: o nome, que representa os seres e os objetos, e o verbo, que figura as ações (processo) e os estados. (p. 13)

Aos processos e estados caberiam, segundo Castilho, sub-recortes, em número de seis:

O conceito expresso pelo verbo pode ser dimensionado de diferentes formas através das categorias verbais, em número de seis: aspecto, tempo, modo, voz, pessoa e número. A função dessas categorias é atualizar o processo virtualmente considerado, definindo-lhe a duração (aspecto), localizando-o numa data ou perspectiva (tempo), esclarecendo a interferência do sujeito falante (modo) ou a papel a ele atribuído (voz), bem como sua relação com o ouvinte e o assunto (pessoa [...]) e quantidade dessas entidades (número) (pp. 13-14)

O que nos conduziria à definição apontada pelo autor:

O aspecto é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento. É pois a representação espacial do processo. (p. 14)

A partir dessa definição, se estabeleceria o seguinte quadro de noções aspectuais

(p.51):

VALOR	ASPECTO
DURAÇÃO	IMPERFECTIVO INCEPTIVO CURSIVO TERMINATIVO
COMPLEMENTAMENTO	PERFECTIVO PONTUAL RESULTATIVO CESSATIVO
REPETIÇÃO	ITERATIVO ITERATIVO IMPERFECTIVO ITERATIVO PERFECTIVO
NEGAÇÃO DA DURAÇÃO E DO COMPLEMENTAMENTO	INDETERMINADO

A primeira questão que se instala — e que não encontra resposta no texto de Castilho — remete exatamente à pertinência e à legitimidade da parametrização da realidade adotada pelo autor. De fato, inúmeras (e nem sempre convergentes) têm sido as propostas de recortes da realidade empreendidos pela linguagem. No caso de Castilho, a concepção de um referente verbal diádico inscreve-se, seguramente, na tradição da metafísica de Aristóteles, para quem os verbos, com efeito, reportam ‘estados’ e ‘processos’, estes últimos subdivididos em ‘movimentos’ (*kinesis*) e ‘atualidades’ (*energeia*)⁹. Para Costa, porém, a tipologia dessas “entidades de segunda ordem” (localizadas no tempo) se estende por ‘acontecimentos’, ‘atos’, ‘processos’, ‘atividades’ e ‘estados’, de acordo com a combinatória semântica (Costa 1990: 14):

⁹ *Metaphysics* IX 1048.

tipos	traços				exemplos
	durativo	dinâmico	permanente	agente	
acontecimentos	-	+	-	-	cair
atos (ações)	-	+	-	+	quebrar
processos	+	+	+/-	-	crescer
atividades	+	+	+/-	+	ler
estados	+	-	+/-	-	continuar

A interrogação que se coloca busca exatamente entender o que leva Castilho a conceber duas espécies de situações verbais (com subespecificações) enquanto Costa as imagina constituírem cinco. E o que se observa — e de forma pouco surpreendente — é que nem uma nem outra hipótese podem ser falseadas: a linguagem, de fato, recorta a realidade em ‘estados’ e ‘processos’, tanto quanto a recorta em ‘acontecimentos’, ‘atos’, ‘processos’, ‘atividades’ e ‘estados’. Trata-se apenas de uma questão de perspectiva, da eleição de um determinado ponto de vista, ou do sentido atribuído a cada uma dessas expressões, reconhecidamente polissêmicas. A fundação do conhecimento dos recortes da realidade, tanto para um quanto para outro autor, é função apenas dessas escolhas (impressões?) individuais, que têm na vagueza um álibi inatacável. Não existe, de parte a parte, preocupação alguma com a formalização (ou com o referendo) do que representam esses recortes, sejam eles os conceitos de ‘movimento’ e ‘atualidade’, sejam eles os traços que diferenciariam, de forma supostamente inequívoca, as noções de ‘acontecimento’, ‘ato’, ‘atividade’, ‘estado’ e ‘processo’¹⁰.

¹⁰A exceção talvez seja Vendler. No capítulo quarto de *Linguistics in philosophy* (1967), o autor postula uma classificação quadripartida (*achievements*, *accomplishments*, *activities* e *states*) a partir de critérios distribucionais (a possibilidade “x v-ed”, por exemplo) e juízos semânticos. No entanto, a validação de uma determinada categorização verbal frequentemente falha na medida em que se afasta das situações estereotipadas previstas pelo autor (Comrie 1976, por exemplo, assinala a fragilidade da distinção entre

Da mesma forma, as idéias de ‘duração’, ‘completamento’ e ‘repetição’ — conceitos-chave na tradição da aspectologia — não merecem, nunca, qualquer definição formal mais elaborada e menos intuitiva. O que, por exemplo, viria a ser uma situação inceptiva? A duração é realmente quantificável ou, como pretende Bergson, só pode ser apreendida intuitivamente e não como sucessão temporal? Quando se estabelece, para os eventos da realidade, o início, o curso e o fim? Como diferenciar ocorrências pontuais e acontecimentos durativos sem considerar juízos de duratividade que variam no contexto (inter e mesmo transfrasal) e a partir do universo de crenças do falante? O que define a idéia de permanência e o que é ser dinâmico? A intuitividade e a imprecisão que cercam essas definições comprometem, já de início, o rigor formal das assunções ulteriores, que variam aleatoriamente ao sabor dos sentidos e recortes convencionalizados¹¹.

A par dessa, outra interrogação repele a pretensa universalidade esposada por Castilho e pelos aspectólogos de maneira geral. A se confiar na hipótese de Sapir-Whorf, para quem cada língua recorta a realidade de maneira própria e singular, não seria lícito admitir que o grego de Aristóteles, o francês de Meillet, o inglês de Vendler e o português de Castilho recortem a realidade da mesma forma e a partir do mesmo universo categorial, ainda que tenham, todas essas línguas, a mesma origem. Mais

states e accomplishments em termos do progressivo: inúmeros verbos estativos admitem a forma do progressivo, como as formas do português *estar sendo* e *estar pensando*).

¹¹ Cumpre observar que, nesse ponto, Godoi (1992) é extremamente feliz na sua redefinição de ASPECTO como relação entre o tempo da referência e o tempo do evento. Ao reordenar a definição clássica, a autora consegue evitar a contínua ressemantização dos parâmetros de DURAÇÃO e COMPLETAMENTO, que importa exatamente na fragilidade teórica da categoria. No entanto, por mais unívocas que possam parecer à primeira vista, as idéias de tempo de referência e de tempo do evento, e principalmente a relação de inclusão, não deixam de ser afetadas pela indexação contextual. Determinar se a temporalidade de uma situação narrada está incluída ou coincide com a temporalidade de situação referente envolve juízos tão inescrutáveis quanto os que presidem à classificação das noções aspectuais tradicionais (como inceptividade e progressividade).

razoável seria talvez propor nuances ou reconhecer a especificidade da língua portuguesa, que pode contemplar uma definição de 'estado', por exemplo, consideravelmente divergente da licenciada pelo grego e línguas mais distanciadas.

O problema se torna mais nítido se analisada a questão da definição das partes do discurso, essenciais na elucidação de uma categoria que, como afirma Castilho (p.14), é vincadamente "léxico-sintática". A definição de 'verbo' adotada pelo autor confunde — como é de praxe na tradição gramatical — critérios formais e nocionais, constituindo-se sobretudo histórica e etnocentricamente. Castilho, como todos, não podemos ignorar o hibridismo de itens lexicais como 'leitura' e 'pensamento', que não sendo considerados verbos, também podem indicar processo ou estado¹². Afirma, então, reportando Jacques Pohl:

... mais do que a palavra que figura as ações e os estados, "é o verbo a palavra que pode exprimir as modalidades de um processo ou estado (tempo, duração, etc.) por meio de mudanças da forma (p. 13).

A peculiaridade dos verbos se concentraria, agora, em sua carga flexional (eminentemente a capacidade de flexionar-se quanto à pessoa, como os pronomes). No entanto, ao procurar fundir, em um mesmo conceito, definições formais e funcionais, o autor abandona a possibilidade de uma descrição mais exata dos componentes da

¹² Particularmente ilustrativas da precariedade das definições nocionais das categorias de substantivo e verbo são as formas do participio presente e do participio futuro latinos que, no português, perderam a forma, mas não a natureza verbal (*amante [que ama, que está amando], nascituro [que vai nascer], etc.*)

linguagem, agora contaminados por um relativismo que compreenderá, entre outros paradoxos, a postulação de “formas nominais” dos verbos.

O trajeto percorrido por Castilho é emblemático no sentido de ter sido retrilhado inúmeras outras vezes¹³. Reproduzem-se, inevitavelmente, os vícios apontados para o autor. Parte-se de um suposto senso comum — a rigor, aristotélico — para delimitar as situações descritas pelos verbos (e que os definem como verbos), sem se preocupar, jamais, com a legitimidade teórica da própria noção de ‘verbo’ (frequentemente problematizada na Linguística contemporânea¹⁴) ou com a validade científica dos conceitos-base (como ‘estado’, ‘ação’ e ‘processo’), tomados invariavelmente como primitivos (ou universais) semânticos, como se óbvios (e unívocos) fossem.

Tornam-se, assim, extremamente poderosas — e conseqüentemente estéreis — as definições arroladas para ASPECTO. Simplesmente somos informados, tautologicamente, de que as categorias de ‘duração’, ‘complemento’ e ‘repetição’, o que quer que sejam, encontram expressão na linguagem através de marcas morfológicas características, reunidas sob uma mesma idéia, ASPECTO, porque supostamente designariam, todas elas,

¹³ Travaglia 1985 e Costa 1990 habitam o mesmo paradigma de Castilho: ainda que nem sempre concordem com o autor, reconhecem explicitamente a dívida para com Castilho, ponto de partida de suas reflexões acerca da categoria.

¹⁴Stowell (*apud* Raposo 1992: 69) discute, por exemplo, o estatuto dos primitivos gramaticais associados ao modelo da teoria gerativa, reforçando a classificação de Chomsky e Lasnik, para os quais haveria quatro categorias lexicais, produto da combinação de traços distintivos binários [\pm Nome] e [\pm Verbo]:

	[+Nome]	[-Nome]
[+Verbo]	adjetivo	verbo
[-Verbo]	nome	preposição

perspectivas ou recortes das situações descritas pelos verbos. Essa imprecisão, que serve de salvaguarda para qualquer postulação ou definição de ASPECTO, compromete inapelavelmente a compreensão do fenômeno e reduz imensamente a aplicabilidade do conceito, limitado à caricaturização das línguas naturais.

O sentido de ASPECTO tem variado, portanto, ao sabor dos primitivos teóricos e metodológicos que norteiam cada uma das abordagens sobre ASPECTO. E pouco sentido faz julgar essa ou aquela definição a partir de pressupostos que lhes são absolutamente alheios. Essa indesejável (?) versatilidade do conceito — origem de todas as dissensões associadas à categoria — remete seguramente à idéia de uma pragmática da metalinguagem, objeto dos dois próximos capítulos.

3. *Messieurs vous plaît-il d'ouïr l'air du fameux La Palice*

Será que aqui a analogia da linguagem com o jogo não nos será esclarecedora? Podemos muito bem imaginar que pessoas se divertem num campo jogando bola e de tal modo que comecem diferentes jogos existentes, não joguem muitos deles até o fim, atirem a bola entrementes para o alto ao acaso, persigam-se mutuamente por brincadeira, atirando a bola, etc. Então alguém diz: durante todo o tempo aquelas pessoas jogaram um jogo e se comportaram, a cada jogada, segundo determinadas regras.

E não se dá também o caso em que jogamos e — 'make up the rules as we go along'? E também o caso em que as modificamos — as we go along.

(Ludwig Wittgenstein)

No século XX, as abordagens intensionais da questão do significado — campo em que se esbatem as fronteiras entre Lingüística e Filosofia da Linguagem — variaram entre dois modelos não necessariamente antagônicos: o primeiro, representado pela filosofia analítica do Círculo de Viena, capitaneado por Carnap, Russell, Whitehead e pelo primeiro Wittgenstein, e herdeiro de Frege, parte da premissa de que a língua, pela indeterminação que lhe é toda peculiar, teria corrompido a Filosofia, contaminada incorrigivelmente por discussões redutíveis, em princípio, ao uso da terminologia. O outro modelo, representado pela também analítica filosofia da linguagem comum da Escola de Oxford, inaugurado pelo último Wittgenstein e por Austin, embora geneticamente imbricado no primeiro, promove o deslocamento oposto: já não é a língua que inviabilizaria a Filosofia, mas os filósofos que teriam negligenciado as idiossincrasias

da linguagem, ao sujeitá-la a uma artificialidade e impropriedade que não poderiam conduzir, de fato, senão a essa circularidade invariavelmente paralisante¹⁵.

Na esteira dessas duas posições básicas, dois têm sido os desdobramentos propostos: de um lado, a análise crítica da linguagem, muitas vezes combinada às tentativas de sua reconstrução lógica (o *Aufbau* — a proposta da semântica formal); do outro, a análise da linguagem a partir do uso concreto dos termos e expressões em seus contextos habituais de fala, revelando-se distinções, relações e pressupostos antes insuspeitados (a proposta da pragmática e da semântica argumentativa).

Essa segunda postura, particularmente subsidiada pela noção de “jogo de linguagem” do Wittgenstein de *Investigações Filosóficas*, deriva da premissa de que o significado é o próprio uso, e não uma propriedade intrínseca às palavras, um seu atributo unívoco e cristalizado, independente dos contextos de comunicação em que se insere, dos objetivos a que serve, dos fatos sociais que realiza.

Quando se considera o exemplo do §1 [sobre a palavra 'cinco'], talvez se pressinta em que medida o conceito geral da significação das palavras envolve o funcionamento da linguagem com uma bruma que torna impossível a visão clara. — Dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas do seu emprego, nos quais pode-se abranger claramente a finalidade e o funcionamento das palavras. (Wittgenstein 1979: 11)

¹⁵O inventário, reconhecidamente esquemático, reporta o dicionário de filosofia de José Ferrater Mora (Mora 1993).

E não apenas as palavras — instância privilegiada de estudo das *Investigações Filosóficas* — sofrem da indeterminação que faz do sentido o uso. Também o sentido gramatical é o uso que fazemos das formas gramaticais. A gramática, como o léxico, é evanescente, fantasmagórica, espectral. Sua materialidade envolve a enunciação: apenas o uso é capaz de significá-la.

Tomemos, como exemplo, o fragmento abaixo, extraído de Travaglia 1987 (p.61), em que o autor transcreve a fala de três crianças que planejam uma brincadeira:

Andréia (6 anos): Vamos brincar de casinha? Eu era a mãe, você era a filha. As boneca era suas filhas. Eu era a avó.

Marília (4 anos): E a Terezinha?

Andréia: Era a comadre que vinha visitar a gente.

Terezinha (5 anos): Ai vocês tavam fazendo almoço e eu chegava.

Marília: Não. Era aniversário das bonecas. Cê vinha pra fazer o bolo.

Terezinha: Então tá.

Andréia: Então começa. Vai pra lá. Terezinha! A gente fica aqui arrumando e você vem e bate na porta.

Terezinha: Tá bem.

O significado do pretérito imperfeito do indicativo, nesse contexto, dificilmente poderia estar associado à idéia clássica de passado, que freqüentemente é designada para referenciar situações descritas pelo uso das formas *era*, *vinha*, *estava* e *chegava*, a partir da literatura tradicional. Prova disso é que os verbos sublinhados poderiam ser substituídos pelo futuro do presente do indicativo — e certamente o seriam, em uma situação de fala mais formal — sem prejuízo do entendimento:

Andréia: Vamos brincar de casinha? Eu serei a mãe, você será a filha. As bonecas serão suas filhas. Eu serei a avó.

Marília: E a Terezinha?

Andréia: Será a comadre que virá visitar a gente.

Terezinha: Ai vocês estarão fazendo almoço e eu chegarei.

Marília: Não. Será aniversário das bonecas. Você virá pra fazer o bolo.

O que se observa, então, é o paradoxo: que as formas do passado não representam, aqui, o passado. Esse sentido “desviante” do pretérito imperfeito do indicativo, reporte ou não um fenômeno de natureza temporal ou aspectual, certamente remete ao uso que é feito dessas expressões linguísticas. Não se afirmará, em outros contextos, que uma sentença como *Era a comadre que vinha visitar a gente* pode referenciar uma situação futura¹⁶. O contexto do fragmento, no entanto, não apenas autoriza essa leitura como — e principalmente — impede a leitura tradicional.

A partir dessa perspectiva, TEMPO estaria primariamente relacionado não às formas da língua (como a do pretérito imperfeito do indicativo), mas às situações da fala (a um contexto descritivo ou fabulativo, formal ou informal, infantil ou adulto, etc.). Sua aparente vinculação à superfície dos enunciados se deveria antes à pressuposição de um contexto canônico (verdadeira referência do sentido) do que à simples ocorrência de um ou outro morfema específico¹⁷.

¹⁶Consideremos, por exemplo, o contexto:

A: *Quem era essa Maria que morreu?*

B: *Era a comadre que vinha visitar a gente.*

¹⁷O papel da dêixis na determinação do sentido gramatical é particularmente explorado em Searle 1989. O autor afirma que a sentença do inglês *The cat is on the mat* corresponderá a determinada representação pictórica (o desenho de um gato sobre o tapete) se, e somente se, compartilharmos, todos, de um mesmo conjunto de pressupostos temporais, espaciais e existenciais que abona essa correspondência. Outros pressupostos espaciais (envolvendo, por exemplo, a relação *on*) seguramente desautorizariam a ilustração.

Da mesma forma que não é possível atribuir uma função temporal às formas temporais independentemente do contexto, o sentido das formas putativamente aspectuais só pode ser determinado a partir da situação de fala estabelecida. Nos pares de sentença abaixo, a se confiar na simetria da oposição, os traços de perfectividade e imperfectividade, aparentemente relacionados aos morfemas do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo, se revelam muito mais funcionais do que propriamente formais:

$$\frac{\textit{Maria chegou ontem}}{\textit{Maria chegava ontem}} : \frac{\textit{Maria chegava ontem}}{\textit{Maria estava chegando ontem}} \quad \begin{array}{l} \text{(situação perfectiva)} \\ \text{(situação imperfectiva)} \end{array}$$

O argumento envolve as formulações clássicas da pragmática linguística.

Uma das mais celebradas implementações da postura filosófica inaugurada por Wittgenstein é, sem sombra de dúvida, a teoria dos atos de fala, desenvolvida por John Austin na década de 1950, e explorada por seus epígonos, especialmente John Searle, na década seguinte. Nas conferências que constituirão a compilação póstuma *How do things with words*, Austin assinala que os enunciados criam fatos sociais, que dizer é fazer, que podem ser atribuídas forças — ditas “ilocucionárias” — às enunciações. O autor, que a princípio distingue entre enunciados constativos e performativos, acaba concluindo pela performatividade (explícita ou primária) de todos os enunciados, atos complexos dotados de faces diferenciadas: a locucionária, a ilocucionária e a perlocucionária,

resultado de suas condições de felicidade (*felicity conditions*), de sua conformação às convenções sociais.

Os atos de fala já envolvem, porém, uma concepção de sentido bastante distanciada da que se poderia relacionar às categorias gramaticais, como ASPECTO¹⁸. *Prima facie*, o valor aspectual de um enunciado muito pouco interferiria na sua performatividade, ou se verificaria antes o contrário: a performatividade afetaria o valor aspectual de uma sentença. Quando dizer é fazer, enunciar *Maria chegou ontem* ou *Maria chegava ontem* se torna importante apenas do ponto de vista perlocucionário. No segundo caso, cria-se uma expectativa (*Maria chegava ontem... mas se atrasou*) que, via de regra, não existe no primeiro enunciado. Mas esta, novamente, é uma situação extremamente sensível ao contexto e, afastada a possibilidade de um contexto-nulo, não será simples decidir se é a imperfectividade que produz a expectativa ou se é a expectativa (construída alhures) que permite essa leitura da imperfectividade.

O argumento, porém, prossegue.

Searle, discípulo de Austin, procurou, principalmente em *Speech Acts*, sistematizar as regras e investigar as condições de possibilidade da comunicação humana, trabalhando particularmente com a performatividade dos verbos associados ao ato de prometer e enfatizando o papel da intencionalidade na constituição dos atos de fala. É interessante observar pelo menos duas de suas colocações: o Princípio da Exprimibilidade (*Principle*

¹⁸Gibbs 1984 irá mesmo afirmar que, de uma perspectiva psicolinguística, essa espécie de sentido composicional (literal) não será nem mesmo contemplada por ocasião do processamento do enunciado.

of Expressibility) e a oposição entre regras normativas (*Regulative Rules*) e regras constitutivas (*Constitutive Rules*). No primeiro caso, a postulação de que tudo que pode ser pensado pode ser dito conduz à suposição de que a performatividade dos enunciados é função da intencionalidade do falante, mais do que da convencionalidade do contexto de enunciação (como supõe Austin). A segunda colocação vem justamente confirmar essa opção: a intencionalidade do falante é constitutiva do ato de fala, é uma sua condição *sine qua non*; enquanto a convencionalidade, ao contrário, está associada ao conjunto de regras normativas, imperativas, que conduzem a felicidade do ato de fala, mas que não o constituem propriamente.

A consignação de um sentido aspectual às formas aspectuais envolveria, portanto, a par das convenções sociais que presidem a enunciação, também a intenção do falante. A ação sobre o mundo que está relacionada à (im)perfectivização dos enunciados acarreta a intenção de um agir sobre o mundo. A (im)perfectividade vincula-se a um querer (no caso de Searle, de quem fala) que adjudica valores aspectuais às formas e que faz coisas ao dizer. O valor aspectual de um enunciado como *Maria chegava ontem* remete ao desejo do falante: será perfectivo se quem fala quer apenas informar sua incerteza; será imperfectivo para um falante-narrador que quer também produzir suspense para conservar a atenção do interlocutor:

Situação perfectiva:

A: *Quando é que Maria chega?*

B: *Maria chegava ontem.*

Situação imperfectiva:

A: *Como é que Maria foi assaltada?*

B: *Maria chegava ontem....*

Admitir a existência de uma relação entre ASPECTO e intencionalidade, tanto quanto entre ASPECTO e convencionalidade, acrescenta novos vetores à equação clássica *forma aspectual = valor aspectual*. A biunivocidade entre forma lingüística e conteúdo semântico já não pode ser admitida. Necessária se faz também a consideração de categorias extralingüísticas: uma forma *x* implicará um sentido *y* se, e somente se, verificar-se em um contexto *z* povoado por um falante *w*.

Essa visão — que até certo ponto poderíamos considerar clássica (porque escolar) — da teoria dos atos de fala tem sido, porém, alvo de críticas: Austin e Searle excluem o interlocutor (o ouvinte) na compreensão do funcionamento da enunciação. No caso de Austin, recusa-se, com freqüência, a idéia de que os enunciados possuem imanentemente uma força ilocucionária, consignada pela performatividade dos verbos (embora se admita, talvez consensualmente, que as enunciações são sobretudo atos ilocucionários). O problema é que a ilocucionaridade de um ato de fala não derivaria, afirmam os críticos¹⁹, da convencionalidade do enunciado, da mesma forma que esse papel ilocucionário também não poderia ser adjudicado ao falante — e esta a principal crítica à postura intencionalista de Searle. A performatividade, antes de mais nada, seria função da interpretação (pelo ouvinte) do enunciado²⁰.

¹⁹Burkhardt 1990.

²⁰A idéia de atos perlocucionários talvez seja o exemplo mais cabal da importância de uma teoria dos atos de fala elaborada também em função do interlocutor, já que os juízos de perlocucionaridade são função primeira da interpretação, pelo ouvinte, do enunciado. No caso do exemplo citado, a expectativa relacionada ao enunciado *Maria chegava ontem* só pode ser afirmada pelo enunciatário.

A rigor, embora incorporem o contexto da enunciação no entendimento do significado e privilegiem a significação como uso, as abordagens de Austin e Searle não se voltam ainda para uma semântica do processo (*energeia*, para citar o termo de Humboldt), circunscrevendo-se a uma semântica do resultado (*ergon*) que não contempla todos os atores e funtores envolvidos na práxis que é a construção da significação. Os dois autores desconhecem, por exemplo, a existência de um intervalo ideológico entre o *denotatum* e o *designatum*, a opacidade da linguagem, os condicionantes sócio-históricos da significação, a complexidade (a clivagem, o assujeitamento) do sujeito que atribui significado, enfim, toda uma série de problemas que tem alimentado abordagens supra-semânticas — ditas “discursivas” — da questão da enunciação. Dessa forma, embora defina o significado como o uso, a teoria dos atos de fala ainda evita tratar a linguagem como manifestação social, estabelecendo-a a partir de uma perspectiva privilegiadamente formal.²¹

O mesmo desvencilhamento do social — embora aparentemente se afirme o contrário — parece estar relacionado a outras formalizações pragmáticas tradicionais, como a *déixis* e a noção griceana de implicatura conversacional. No primeiro caso, percebe-se que a concepção de contexto situacional é ainda extremamente limitada²², e

²¹É interessante observar como o aspecto social da teoria dos atos de fala se vê reduzido, em Austin, à convencionalidade, e em Searle, à intencionalidade do falante. Nenhuma outra categoria sociológica é inventariada: fazemos coisas com as palavras mas as coisas que fazemos são transideológicas, asépticas, estritamente formais.

²²Postulações recentes (arroladas em Fuchs 1988:89), ao introduzir novas categorias de relação dêitica, como *social deixis* e *discourse deixis*, procuram, de certa forma, preencher parte das lacunas assinaladas. Fazem-no, porém, à moda da Análise do Discurso de linha americana (Brown & Yule, Halliday & Hasan), negligenciando qualquer referência a contextos não textuais (a história, por exemplo) e interpretando a enunciação como gesto (social?) entre duas pessoas (e não personagens) num contexto livre de injunções não-lingüísticas. Esta também é, de certa forma, a postura de Austin e Searle.

remete a uma teoria da referência de certa forma ingênua, porque ignoram — essas concepções de contexto e referência — todo o conjunto de injunções que se estabelece no espaço intersubjetivo e sócio-histórico da interlocução, como o mascaramento ideológico, as relações de poder, as considerações do sujeito sobre o contexto, as ilações do sujeito sobre as relações de referência intertextuais e todo o jogo de imagens que então se agencia. No caso da teoria de Grice, a simplificação concerne à pressuposição de uma sociedade cooperativa, de interesses convergentes, concepção idealizada que contrasta com a sociedade competitiva, verdadeira arena de signos (como diria Bakhtin), que na realidade se observa²³. Nos dois casos, como na teoria dos atos de fala, embora se reconheça que o significado não é unívoco, que a significação não é imanência mas manifestação, não se admite que a própria manifestação não é, ela mesma, unívoca, que a própria manifestação não veicula um significado imanente, que o significado é sim o seu uso, mas que o seu uso, longe de intrinsecamente relacionado a uma situação convencional ou à intencionalidade do falante, é o uso de seu uso.

Afirmar que o valor aspectual de *Maria chegava ontem* deriva de sua forma, de sua relação com a convenção ou da intenção do falante não é senão partir de diferentes concepções de uso dessa sentença. *Maria chegava ontem* será inerentemente imperfectiva se observada da perspectiva de um uso (hipoteticamente) ideal: o paradigma do contexto-nulo, das situações supostamente mais previsíveis da linguagem, das estruturas lógicas pretensamente universais. Por outro lado, o significado aspectual de *Maria chegava ontem* será indeterminado se considerado o ponto de vista do

²³ As críticas à idéia de dêixis e de implicatura conversacional retomam, aqui, o texto de Fiorin 1990.

relativismo: a ideia de uso como atualização. Haverá, portanto, pelo menos duas acepções (dois usos) possíveis de ‘uso’: em um primeiro, uso é costume, é praxe, é hábito²⁴; para o segundo, uso é emprego²⁵. Insistir na célebre divisa *O significado é o uso* e seguir suas implicações até as mais radicais conduz à *peritropê*²⁶: se o significado é o uso, o uso é o uso do uso, e o uso do uso, é notório, não é o mesmo para diferentes abordagens. Dizer que uma sentença ‘S’ significa S apenas quando um determinado falante F usa ‘S’ em determinado contexto C não pressupõe, pelo contrário, que a situação descrita pela expressão ‘quando F usa ‘S’ em C’ possua um único significado ou que possa ser interpretada a partir de um único ponto de vista, mas que o significado de ‘quando F usa ‘S’ em C’ não é senão o uso que cada uma das posturas teóricas faz dessa expressão. Assim, da mesma forma que há várias formas de usar uma expressão lingüística — de onde o significado ser o seu uso —, existem inúmeras maneiras de usar o uso de uma expressão da linguagem, o que faz do uso do significado senão a sua própria utilização.

A teoria dos atos de fala, herdeira de primeira hora da reorientação pragmática que abandona a proposição em benefício do enunciado, parece interpretar a concepção de uso esboçada em Wittgenstein como sendo, de fato, unívoca, como se se pudesse

²⁴O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa registra o exemplo: *Vestia-se conforme o uso da época.* (p.1744)

²⁵*Este remédio tem usos numerosos.* (idem, ibidem)

²⁶Movimento da proposição que se volta sobre si mesma e se anula. O argumento remete a Sexto Empírico: “Ninguém pode dizer que toda *phantasia* é verdadeira, por causa da *peritropê*, como Demócrito e Platão nos ensinaram em seu ataque a Protágoras; pois se toda *phantasia* é verdadeira, mesmo a proposição segundo a qual nem toda *phantasia* é verdadeira, sendo ela própria objeto de *phantasia*, será verdadeira, donde resulta falso que toda *phantasia* é verdadeira.” (Apud Prado Jr., 1994: 75)

estabelecer o significado através de um seu uso único, convencional, intransitivo, sem considerar por que, como e para que ele foi utilizado. Ao postular que o significado de *Can you pass me the salt?* no contexto de uma refeição só pode ser estabelecido pela enunciação de *Can you pass me the salt?* no contexto dessa refeição (o que conduz à tricotomia estabelecida por Austin), a teoria dos atos de fala rompe, *a fortiori*, com toda uma tradição que encarcerava na forma a função. No entanto, ao procurar estabelecer regras formais que possibilitem descrever como um enunciado adquire determinados papéis ilocucionários e perlocucionários, essa mesma teoria acaba reaprisionando a função em outras formas (ainda que mais abrangentes) e renunciando a um relativismo que, de certa forma, ela mesma fundou²⁷.

²⁷As razões pelas quais o falante se vale de construções indiretas, eufemísticas, para atingir seus objetivos (fala-se, no interior da teoria, em *politeness*) e a forma pela qual o ouvinte é afetado pela iniciativa do falante encontram, de fato, soluções esquemáticas na teoria dos atos de fala, para a qual, posta a enunciação e definidas suas variáveis contextuais, o sentido é automaticamente (silogisticamente?) capturado. A questão do significado, se definido como uso, envolve, porém, complicadores que, se não são ignorados pela teoria dos atos de fala, não são por ela abordados. O uso que se faz de *Can you pass me the salt?* e que é definido como sendo o sentido dessa expressão lingüística não é, absolutamente, homogêneo. Não há um uso único que possa ser feito do uso dessa expressão no contexto de uma refeição. Logo, o uso que se faz da utilização de *Can you pass me the salt?* é um componente inalienável na compreensão do funcionamento da enunciação.

Consideremos, por exemplo, a forma *Can you pass me the salt?* no contexto em que F e O, falante e ouvinte, estejam almoçando. Admitemos também que F e O, amigos de longa data, estejam momentaneamente inimizados por causa de uma questão qualquer, e que O, conhecendo F, sabe que, apesar de suas muitas virtudes, F é muito tímido e orgulhoso. A enunciação de *Can you pass me the salt?* por F, produz, obviamente, uma ação sobre o mundo, que é normalmente interpretada, na teoria dos atos de fala, como sendo diretamente uma pergunta e indiretamente um pedido (há críticas a essa postulação de atos de fala indiretos, advogada por Searle). Em função de seu conhecimento sobre as regras de uso das expressões da língua, O sabe que F, através da enunciação de *Can you pass me the salt?*, não está, a rigor, fazendo uma pergunta sobre a sua capacidade (de O) de passar o sal, mas lhe pedindo para passar o sal. O, cuja antipatia momentânea por F não chega às raias da indelicadeza, passa o sal, e o ato de fala de F é tido, portanto, como bem sucedido. Isso, porém, não diz tudo. Quando O lhe passa o sal, F interpreta o uso que O fez da expressão *Can you pass me the salt?* como sendo um índice de que O pretende a reconciliação: se O ainda estivesse muito magoado, o pedido teria sido ignorado e a resposta, muito provavelmente, se resumiria ao silêncio ou à assertiva: *No, I can not pass you the salt.* O caso envolve, portanto, não apenas a interpretação que F e O fazem do uso de *Can you pass me the salt?* mas também o uso que F faz do uso que O faz dessa mesma expressão. E esse uso do uso de *Can you pass me the salt?* (como o uso da expressão) não é unívoco. F também poderia usar o uso, por O, de *Can you pass me the salt?* como prova de desprezo de O, já que o uso que ele, O, fez do uso de *Can you pass me the salt?* por F poderia ter sido (e não foi) interpretado como um elemento fático, que apontava para

A teoria dos atos de fala parece, portanto, desconhecer a importância (e as implicações) dessa versatilidade inerente, não ao uso das formas linguísticas, mas ao uso do uso das formas linguísticas. Na medida em que ela se detém sobre o uso que se faz de uma expressão qualquer da língua no contexto de uma enunciação, ela desconsidera o uso que cada um dos participantes da interlocução faz do uso dessa expressão. Para ela, o sentido é o uso, mas o uso não é a sua utilização (a utilização do uso); é simplesmente a atualização (unívoca) do sentido (polívoco) num mundo ideal, em que, ainda que sejam possíveis várias atualizações (de onde a polivocidade do sentido), não existem formas diferentes de atualizar o sentido. Enfim, para a pragmática, o sentido é *token*, mas o uso é *type*²⁸.

A definição de ASPECTO que se delinea a partir da teoria dos atos de fala revela-se, portanto, apenas menos ingênua da que se estabelece a partir da semântica tradicional. Já não se dirá que a forma *chegava* é intrinsecamente (ou imanentemente) imperfectiva, mas que seu valor aspectual dependerá do contexto ou das intenções do falante; de seu uso, enfim. No entanto, não se afirmará ainda que entre *chegava* e a idéia de

a disposição, agora de F, de fazer as pazes com O. A questão se complica indefinidamente e remete, sem sombra de dúvida, a toda a postulação, por Pêcheux, de formações imaginárias, postulação que, definitivamente, não encontra abrigo na estrutura tradicional da teoria dos atos de fala.

²⁸ Essas colocações não pretendem obviamente negar a pertinência de uma abordagem pragmática, na forma da teoria dos atos de fala, do problema colocado pelas enunciações. Elas pretendem simplesmente apontar para o fato de que essa teoria, embora problematize o sentido como uso, não discute o uso do uso do sentido. No entanto, a postura da teoria dos atos de fala, mesmo desconhecendo a contribuição do uso do uso para a produção do significado, pode ser sustentada se admitirmos que o uso de uma forma linguística (e não apenas o uso desse uso) está de alguma forma relacionado à questão do significado. No caso da enunciação de *Can you pass me the salt?* na situação assinalada, por exemplo, é forçoso reconhecer que, à parte todos os problemas que se colocam a partir do uso do uso dessa expressão, um ato de fala (um pedido) é realizado, e que, se é importante descrever os efeitos de sentido que se estabeleceram entre F e O, é igualmente pertinente explicar por que, em última instância, depois de F enunciar *Can you pass me the salt?*, O passou o sal para F. A teoria dos atos de fala, portanto, ainda que não esgote o funcionamento das enunciações, continua a prover explicações para um fenômeno enunciativo de pertinência inequívoca para o entendimento da interação humana através da linguagem.

(im)perfectividade existe todo um conjunto de variáveis que em muito ultrapassa as concepções de contexto e falante inventariadas pela pragmática e que envolve o uso que se faz do uso que os falantes fazem dessa expressão. Não se observará, por exemplo, que a indeterminação do valor aspectual de *Maria chegava ontem* extrapola a intencionalidade do falante e a convencionalidade do contexto de enunciação. Não se afirmará que, não bastasse a interferência do ouvinte, afetam a sentença os vetores sócio-históricos, as variáveis culturais que plasmam a interlocução: o universo de crenças dos interlocutores, a opinião que falante e ouvinte fazem da opinião que falante e ouvinte fazem (da opinião que falante e ouvinte fazem). Não se dirá que o infinito jogo de imagens que se estabelece opacifica definitivamente a relação entre forma e função aspectual. Ou que a linguagem maculada pelo uso não cabe na lógica: que a sentença, antes diáfana, antes translúcida, antes transparente, é agora puro breu.

No entanto, se o sentido é o uso, e o uso é o uso do uso, o uso do uso não pode ser senão o uso do uso do uso. E o uso do uso do uso desautoriza também a concepção proteiforme de ASPECTO que poderia ser obtida a partir da crítica ao positivismo (e a-historicismo) da postura pragmática de abordagem dos fenômenos lingüísticos. A própria afirmação de que as injunções ideológicas (que não são contempladas pela pragmática) são determinantes na determinação do sentido é, ela mesma, ideológica e historicamente determinada. Assim como não há o contexto-nulo, não há também o lugar da não-

ideologia e da não-história. Há apenas a ilusão (da ilusão) da objetividade: há apenas jogos de linguagem²⁹.

A expansão do conceito de uso revela-se, portanto, infinita. E, por infinita, espúria. A própria crítica da pragmática ao imanentismo que marca a semântica tradicional poderia ser desarticulada através da definição de uso como uso do uso. A possibilidade da pragmática certamente parte da impossibilidade (ou da não pertinência) de uma metapragmática: não cabem (ou não deveriam caber) ao sujeito as mesmas questões que se colocam a partir do objeto, ou não pode haver conhecimento possível (mesmo o conhecimento de que não há conhecimento possível). O uso que se faz das expressões lingüísticas (e que seria o seu significado) pertence ainda ao domínio das ciências da linguagem, mas o uso que se faz do uso que se faz das expressões lingüísticas é o uso do uso de todas as coisas e escapa às fronteiras de qualquer ciência, pertence já à

²⁹Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: "Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à forma geral da proposição e da linguagem."

E isso é verdade. — Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, — mas sim que estão aparentados uns com os outros de muitos modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de "linguagens". (Wittgenstein 1979: 38)

Epistemologia (e foge ao roteiro de análise proposto na Introdução deste trabalho). O recuo é porém estratégico: permite entender por que tantos têm sido os sentidos de ASPECTO e permite justificar o viés de análise aqui proposto. O que remete ao próximo capítulo.

4. *O sono da razão produz monstros*

Quero sugerir que o conceito de mente é a obscuridade pela qual os intelectuais ocidentais ficaram obcecados quando eles finalmente abandonaram a obscuridade que era o conceito de Deus do teólogo. A inefabilidade do mental desempenha a mesma função cultural que a inefabilidade do divino — ela sugere vagamente que a ciência não tem a última palavra.

(Richard Rorty)

A idéia de metalinguagem — afirma a tradição — oferece-se como rota de fuga para o paradoxo de Epimênides. O que se pode inferir da fala de um cretense que afirma que todos os cretenses são mentirosos? Quem mente: o cretense que fala ou os cretenses de quem se fala?

A contradição sugere a idéia de que há, nessa enunciação, duas línguas operando. A língua do cretense que fala (associada à idéia de ‘uso’) e a língua da fala do cretense (associada à idéia de ‘menção’). Apenas o estabelecimento dessa dicotomia, desses diferentes estatutos, seria capaz de viabilizar a descrição verbal de uma língua. Haver ali metalingua e língua-objeto. Haver uma língua que fala e uma língua que é falada.

Nesse movimento autofágico da linguagem que se fala, o que é significado transforma-se em significante, o que é plano de conteúdo transforma-se em plano de expressão. Não mais importa saber o que as palavras significam, mas o que significa as

palavras significarem. Não mais importa saber ao que as sentenças se referem, mas o que significa as sentenças referirem. Não mais importa saber que dois enunciados diferem, mas o que significa dois enunciados diferirem.

O que fala a língua falada não participa da língua que fala, perdeu-se no *mettre-en-abîme*, no jogo de espelhos da metalinguagem. Não se pode recuperar o que foi dito pela língua de que se diz. Não se pode discutir a referência ou o sentido que estão fora de foco. O que a língua-objeto fala escapa do posto; é agora pressuposto. *O atual rei da França é calvo* não nos deixa alternativa: afirmemos ou neguemos a sentença, não há como recusar que há hoje, na França, um rei. Da mesma forma, afirmarmos que *O atual rei da França é calvo* não nos deixa alternativa: afirmemos ou neguemos a sentença, não há como recusar que há hoje, na França, um rei também não nos deixa alternativa: neguemos ou afirmemos a sentença, não há como recusar que *O atual rei da França é calvo*. O que antes era discutível já não é mais: a discussão recuou, mudou de foco; e a figura transformou-se em fundo.

O mesmo vale para ASPECTO.

‘Aspecto’ é uma palavra da língua portuguesa, um substantivo masculino, singular, comum, abstrato, uma forma da língua que, apesar do dicionário, tem tantos sentidos quantos são seus usos:

Verbetes: aspecto

[Do lat. aspectu.]

S. m.

1. V. aparência (1).

2. P. ext. Semblante, fisionomia, ar.

3. A parte externa das coisas.

4. Cada um dos lados por que uma coisa se apresenta aos nossos olhos ou à nossa observação: lado, face, ângulo.

5. Anat. Parte de uma superfície do corpo humano observada a partir de um determinado ponto.

6. Astr. P. us. Fase (3).

7. Gram. Categoria que indica, principalmente, a relação processo/tempo.

[Var.: aspeto.]

(FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.181)

ASPECTO, por outro lado, é uma categoria da Linguística, o que faz de 'ASPECTO' uma forma da metalingua. A expressão não deixa, porém, de pertencer à língua (acepção 7), e é exatamente essa relação de pertencimento que incomoda aqui.

É bem verdade que 'ASPECTO' e 'aspecto', se pertencem à mesma língua, não pertencem à língua de uma mesma forma:

Em princípio, a metalingua é uma língua bastante diferente da língua-objeto: não é portanto necessário que seu vocabulário contenha qualquer das palavras ou expressões concretas que pertencem à língua-objeto. É mais por uma questão de conveniência do que por necessidade, que a expressão em metalingua 'homme' deve ser sistematicamente relacionada com a palavra francesa que denomina mediante a colocação da forma de citação escrita convencional da palavra entre aspas. (...) A conexão entre um nome de metalingua e o que esse nome representa na língua objeto (quer a língua objeto seja uma língua natural ou não) é em princípio arbitrária. Este princípio mantém-se válido mesmo quando a metalingua é desenvolvida com base nalguma sub-parte de uma língua natural existente. (Lyons 1980: 18-19)

O sentido dicionarizado dos dois itens lexicais (e serão dois itens lexicais) é razoavelmente divergente, não se observando senão uma superposição já opaca. O termo ‘ASPECTO’, em oposição à versatilidade de ‘aspecto’, pretende predicar um fenômeno muito mais determinado: a capacidade dos falantes de afirmar que *Maria chegou ontem* e *Maria chegava ontem* são situações lingüísticas diferentes. Essa suposta “propriedade” do termo (extensível ao contexto científico) impediria sua refração semântica e o conseqüente esvaziamento de sentido: ‘ASPECTO’, o operador metalingüístico, não poderia jamais ser conotado.

Torna-se agora claro porque é que não é possível identificar as assertivas metalingüísticas feitas a respeito de uma língua particular com as asserções reflexivas feitas nessa língua. Com efeito, o uso reflexivo da linguagem não depende de uma formalização prévia ou da aceitação de convenções explícitas relativas a que espécies de asserções descritivas são admissíveis. Nem parece razoável afirmar acerca do uso reflexivo da linguagem vulgar (se bem que alguns filósofos tenham seguido essa via) que em frases como ‘Qual é o significado de ‘sesquiáltero?’ ou ‘Sócrates tem oito letras’, não estamos a usar a palavra ‘sesquiáltero’ ou a forma Sócrates, mas a nomeá-las. (Lyons 1980: 19)

No entanto, a nitidez e a importância dessa oposição entre língua-objeto e metalingua, entre ‘aspecto’ e ‘ASPECTO’, provocam freqüentemente a ilusão de que a linguagem não é uma só. Ao estabelecermos condições de produção muito mais específicas para a metalingua, para ‘ASPECTO’, ao proibirmos-lhe a conotação e ao prevermos milícias científicas (a Academia, os *referees*, as publicações especializadas, as bancas de defesa de mestrado) para disciplinar seu uso, acreditamos estar diante não da linguagem ordinária do cotidiano, mas da manifestação verbal (e inequívoca) da

Verdade. Somos levados a crer que ‘aspecto’ e ‘ASPECTO’ não são apenas acepções diferentes de uma mesma palavra ou um entre outros vários casos de homonímia, mas que a própria natureza verbal de ‘aspecto’ e ‘ASPECTO’ não é a mesma. As suscetibilidades linguísticas (morfológicas, sintáticas, semânticas) de ‘aspecto’ — sombra da caverna da mera opinião, do senso comum — já não seriam pertinentes à impalavra ‘ASPECTO’, iluminada pelo Olhar de Deus.

Dessa forma, tantas seriam as linguagens quantas são as línguas ou os registros das línguas ou as variantes linguísticas. O contexto científico não apenas reinventaria a língua mas a própria linguagem, libertando-a da indeterminação, da polissemia, da variação, do que faz da linguagem, linguagem. Mas ‘linguagem’ e ‘língua’ seriam, então, sinônimos; a superfície seria também o seu antônimo; e não haveria o subjacente. Se a linguagem varia na mesma medida e na mesma proporção em que variam as línguas, por que haver linguagem? A navalha de Occam nos pouparia o trabalho de investigar o comum às línguas: não haveria nada que fizesse de uma língua, uma língua, senão a própria língua. A linguagem e a Linguística teriam sido apenas tergiversações a respeito do nada.

Cabe, portanto, restabelecer, contra o eterno movimento das línguas, a permanência da linguagem:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertencem além disso ao

domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (Saussure 1995: 17)

Logo, por mais distanciadas que possam ser na superfície, a língua-objeto e a metalíngua não podem ser senão ainda a mesma linguagem:

Estamos na ilusão de que o especial, o profundo, o essencial (para nós) de nossa investigação residiria no fato de que ela tenta compreender a essência incomparável da linguagem. Isto é, a ordem que existe entre os conceitos de frase, palavra, conclusão, verdade, experiência, etc. Esta ordem é uma superordem entre — por assim dizer — superconceitos. Enquanto que as palavras 'linguagem', 'experiência', 'mundo', se têm um emprego, devem ter um tão humilde quanto as palavras 'mesa', 'lâmpada', 'porta'. (Wittgenstein 1979: 51)

Pensássemos a linguagem a partir de uma outra estrutura (não-lingüística), o problema não existiria. Mas a morfologia, a sintaxe, a semântica da linguagem que fala 'ASPECTO' (por mais que dependa de “uma formalização prévia ou da aceitação de convenções explícitas relativas a que espécies de asserções descritivas são admissíveis”) é ainda a morfologia, a sintaxe, a semântica da linguagem sobre que fala ASPECTO (e que fala 'aspecto'). Não se trata, pois, de fazer, de uma língua, objeto de uma outra língua. Não se trata apenas de um uso parasitário (e especialista), pela metalíngua, das lexias da língua-objeto. Trata-se de fazer, da linguagem (do que há sob a língua), objeto de estudo da própria linguagem. Trata-se de (re)estruturar lingüisticamente as estruturas da

linguagem. Por detrás da metalingua e da língua-objeto não pode haver senão a mesma linguagem, sujeito e objeto de si mesma.

O intervalo entre ‘aspecto’ e ‘ASPECTO’ não seria, portanto, a distância entre duas linguagens. A fronteira que separa uma de outra acepção dessa mesma seqüência de sete letras *aspecto* seria tão-somente o improvável fosso — mais histórico do que lingüístico — entre duas variantes sociais de uma mesma manifestação simbólica. Do lado de lá de fora do castelo, a variante menos prestigiada do vulgo que habita o campo semi-árido, a terra de ninguém que ninguém governa. Do lado de cá dos muros da sabedoria, a variante oracular da ciência sob o jugo soberano do logocentrismo ocidental.

O problema se instala quando — à maneira de um ariete — se concebe a possibilidade de uma pragmática, esse fenômeno da linguagem vulgar, da metalinguagem: toda a indeterminação da linguagem-objeto contaminaria inapelavelmente a linguagem-sujeito. Se admito que também o sentido de ‘ASPECTO’ é o seu uso, enveredo por uma espécie de relativismo que, levado às últimas conseqüências, não pode conduzir senão ao imobilismo e à esterilidade. Mas não será esta uma escolha ainda mais prudente do que postular que há um sentido unívoco atribuível a ‘ASPECTO’ e, conseqüentemente, pressupor a existência de uma outra linguagem imune à heterogeneidade (e recusar a instabilidade que historicamente marca a definição da categoria, já assinalada nos capítulos anteriores)? Seria correto afirmar que há mais de uma linguagem: a linguagem ordinária do equívoco e a linguagem eleita da ciência, e que eu, e apenas eu, contra todos os outros, todos equivocados, pude realmente definir o que

é afinal ‘ASPECTO’? Certamente, não. Como, porém, controlar a recursividade do sujeito que se transforma em objeto de um outro sujeito que se transforma em objeto de um outro sujeito? Como fugir ao eterno retorno, à expiação de Sísifo, ao sentimento inelutável de ver rolar de volta ao sopé da montanha a rocha gigantesca tantas vezes já arrastada até o topo? Como falar, na linguagem, da linguagem, sem ser afetado por essa mesma linguagem e pelos fenômenos que a envolvem?

O argumento da necessidade de descentramento conduz — acredito — a Kant. É paráfrase de sua crítica à possibilidade de uma ciência psicológica. Não haveria como haver distanciamento epistêmico em uma descrição da mente pela própria mente. O paradoxo da auto-referência sepultaria qualquer possibilidade de objetividade.

A psicologia não pode, portanto, jamais se tornar algo mais do que uma doutrina natural histórica (e, como tal, tanto quanto possível) sistemática do sentido interno, isto é, uma descrição natural da alma, mas não uma ciência da alma, nem mesmo uma doutrina experimental psicológica. (Kant apud Gardner 1995: 73)

A resposta à contradição, no caso da linguagem, tem se constituído a partir da crença em um uso diferenciado das formas metalingüísticas, a partir da idéia de reflexividade, especialmente através dos conceitos de ‘menção’ e ‘uso’. Ou seja: a lacuna entre *ASPECTO* e *aspecto* seria do tamanho da distância entre seus referentes.

‘Aspecto’ referenciará — considerada a hipótese da natureza representacional da linguagem — o não-linguagem. A linguagem seria aqui instrumento, e não fim; seria

plano de expressão, e não plano de conteúdo. Haveria um mundo fora da linguagem (um mundo real ou um mundo possível) e essa exterioridade serviria de extensão ao conceito. Neste sentido, ‘aspecto’ não representaria ‘aspecto’, ou ‘aparência’, ou ‘a parte externa das coisas’; ‘aspecto’ referenciaría #aspecto#, #aparência#, #a parte externa das coisas#.

‘ASPECTO’, da mesma forma, não seria uma palavra autotélica; reportaria também o fora da linguagem, mas o fora da linguagem seria aqui a própria linguagem. O conceito seria, pois, uma tentativa de desinstrumentalização da linguagem e, conseqüentemente, de desverbalização do não-linguagem. Mas ‘ASPECTO’ é um signo lingüístico, e não pode desinstrumentalizar-se a si próprio. A desverbalização não se pode fazer pelo verbo. A linguagem não pode negar a linguagem. O paradoxo permanece³⁰.

O argumento continua. A crítica da razão pura, ao estabelecer a diferença entre nùmeno e fenômeno e transformar a ciência em mera caricatura da Realidade, envolve a ontologia de ASPECTO em paralogismo. A razão tenta se evadir do círculo das sensações e aparências para o mundo, que não se pode conhecer, das coisas em si; mas deve ser detida, nesse percurso, pela Dialética Transcendental. Restariam, da luta, apenas antinomias, os dilemas insolúveis de uma ciência que tenta ultrapassar a experiência.

Permanece inteiramente desconhecido para nós o que os objetos podem ser em si mesmos, distintamente da receptividade de nossos sentidos. Não conhecemos nada a não ser nossa modalidade de percebê-los; sendo essa modalidade peculiar a nós e não compartilhada por todos os seres em geral, mas apenas por todos os seres humanos (Kant 1978: 37)

³⁰ É interessante observar que, dois mil anos depois, continuamos sem saber quem mente: se Epimênides ou os cretenses.

Se é, portanto, a tentativa da linguagem de se evadir da linguagem, ASPECTO é aparência e mistificação. É um sonho da linguagem sujeito, da razão teórica. É um silogismo falacioso porque parte de uma premissa equivocada: a de que a metalíngua não é também uma linguagem³¹.

A crítica a essa postura autofágica, agora como mentalismo, retorna³², dois séculos mais tarde, com Ryle (1949), contra o que ele chamou “dogma do fantasma na máquina” (*the ghost in the machine*): o conceito de ‘mente’ que, pelo menos desde Descartes, freqüenta o pensamento ocidental. O autor acusa o que considera um erro categórico na concepção cartesiana: a idéia (e o tratamento) da mente como substância (*res cogitans*) e não como a abstração (ou fato animico) que na verdade é. Não existiria a coisa que pensa, não existiria o pensar: existiria apenas alguém pensando alguma coisa em determinado lugar a propósito de algo. Ryle repele o tratamento de uma entidade de um tipo (uma caracterização abstrata de um conjunto de disposições) como se ela fosse em si mesma uma ou outra dessas disposições. Critica a postulação de mecanismos internos (entre o fisicalismo dos mecanismos internos e o antifisicalismo da idéia de mente há um intervalo intransponível e jamais se chegaria à compreensão desta por meio daqueles) e afirma que o estudo possível do comportamento mental envolveria antes a definição das

³¹É interessante observar que esse caráter onírico da idéia não significa, absolutamente, infecundidade. A própria crítica kantiana reconheceria a utilidade das mistificações da Razão.

³² Ryle não pode ser classificado, obviamente, como discípulo de Kant: a postulação kantiana de *schemata* é mesmo rechaçada pelo autor. A convergência se estabelece no ponto de chegada das reflexões de um e outro: a recusa da autoridade científica ao mentalismo.

circunstâncias em que a abstração ocorre (ou a partir das quais pode ser inferida) — crença que o aproxima do behaviorismo — do que a análise dos processos internos que somente poderiam caracterizar o funcionamento das substâncias (o que a mente não é).

Mais uma vez, o que se afirma é que não se pode perscrutar o interior de ASPECTO. Não é possível qualquer endoscopia da idéia, senão prever situações em que o conceito pode ser utilizado ou intuído. Pode-se enumerar situações aspectuais, mas não se poderá jamais definir ASPECTO. Pode-se descrever ASPECTO, mas não se poderá jamais explicá-lo³³.

Os argumentos de Kant e Ryle representam o principal obstáculo a um tratamento psicológico de ASPECTO. Embora nenhum dos tratados de aspectologia inventariados por esta dissertação explicitem os impedimentos de Kant e Ryle, há o sentimento de uma ciência que, talvez por prudência, talvez por convicção, receia penetrar o interior absconso da idéia. A aspectologia tem partido do principio de que ou a ciência do interior não é válida — e à Linguística caberia apenas evitar mais essa cilada à sua ainda frágil e claudicante cientificidade — ou a ciência do interior simplesmente não é possível.

Contra os argumentos de Kant e Ryle, este trabalho arbitra uma nova relação entre ciência, linguagem e Realidade.

³³É interessante observar que este tem sido o ponto de vista da tradição oriental indutivista (segundo Godoi 1992, reportando Dahl) das teorias sobre ASPECTO no português do Brasil. Ao reduzir a aspectologia a um conjunto de regras de uso e combinação, parte considerável dos autores envolvidos na descrição do fenômeno aspectual pressupõe a impossibilidade de uma hermenêutica de ASPECTO.

Como? O homem seria tão-somente um equívoco de Deus? Ou então seria Deus apenas um equívoco do homem?

(Friedrich Nietzsche)

O estudo do significado na linguagem — sabemos todos — conhece, ao longo de sua história recente, pelo menos duas perspectivas básicas: a extensional, voltada para as relações que se estabelecem entre linguagem e não-linguagem, e a intensional, que tem na articulação intralingüística da significação seu móvel primeiro, sua preocupação central.

As abordagens intensionais, herdeiras da tradição semântica da filosofia analítica do Círculo de Viena, e tributárias, conseqüentemente, das formalizações de Frege, postulam que o significado de uma forma lingüística é uma outra forma lingüística, uma sua tradução, um seu interpretante, um conjunto de condições de verdade que independe, em princípio, do objeto que a forma lingüística designa ou do estado mental que essa forma evoca.

Essa concepção incorpórea da significação, hegemônica durante boa parte do século, contrapõe-se, historicamente, às postulações extensionais que, de um lado, afirmam que o sentido é a sua referência (Hobbes) e, de outro, que ele é a imagem

interna evocada por uma determinada forma lingüística (Locke). Entre os problemas assinalados pelos intensionalistas à postulação de sentido como referência são citadas a diferença de sentido de expressões co-referentes (*estrela da manhã* e *estrela da tarde*, por exemplo) e a presença de sentido em expressões não-referenciais (como o advérbio *não*). Da mesma forma, o ponto de vista intensional recusa a subjetividade das formulações de sentido como representação mental na medida mesma em que essa visão solipsista implicaria a impossibilidade da comunicação humana³⁴.

O objetivismo dessa tradição semântica é, contudo, imperfeito. As postulações da fenomenologia e, mais especificamente, da Teoria da Gestalt, conduzem à idéia de que a realidade objetiva (pressuposta por qualquer semântica que se constitua em torno da noção de Verdade) é incognoscível, porque não estruturada e não semantizada. De fato, a menos que se considere a realidade ontogeneticamente organizada — hipótese pouco razoável que o empirismo lógico deixa entrever — e que se desconsidere os princípios de organização da percepção (estipulados, por exemplo, por Wertheimer) e o próprio criticismo kantiano (que nega, ao empirismo, as formas do pensamento, reservando-lhe a matéria), não há como explicar a possibilidade do conhecimento de uma realidade ainda não organizada por esse próprio conhecimento (ou seja, pela percepção). A única realidade a que o homem tem acesso é, portanto, aquela estruturada (e evidentemente subjetiva) enformada pela organização perceptual que lhe permite sua arquitetura mental. O homem apreende o mundo não como o mundo é, mas como se lhe parece.

³⁴A objeção remete à doutrina da indeterminação da tradução radical, de Quine.

A incognoscibilidade da realidade objetiva não implica, porém, a inexistência de um mundo real ou a impossibilidade de qualquer materialismo. Significa apenas que, ainda que as idéias derivem da matéria, a matéria é incapturável a partir das idéias, da mesma forma que não é possível recuperar, a partir das formas, o universo amorfo sobre o qual elas foram projetadas. A realidade objetiva, portanto, embora matriz do conhecimento, não pode ser por ele referenciada, porque não terá sido ainda conhecida; e o mundo real, sob o risco de não ser mais do que ficcional, não pode se constituir em *denotatum* das significações que inspira.

We have conscious access only to the projected world — the world as unconsciously organized by the mind; and we can talk about things only insofar as they have achieved mental representation through these processes of organization. Hence the information conveyed by language must be about the projected world. We must explain the naive position as a consequence of our being constituted to treat the projected world as reality. (Jackendoff 1983: 29)

A semântica verificacionista, conseqüentemente, não pode pretender vincular a noção de Verdade à idéia de realidade objetiva sob o risco de não conseguir jamais determinar o valor veritativo que constituiria, a partir de Frege, a referência das proposições. Muito pelo contrário, e aproximando as abordagens intensionais das propostas extensionais, a idéia de Verdade deve vincular-se, com mais propriedade, à realidade projetada (subjetiva e psicológica), que Frege tanto evitou.

According to this view, the real world plays only an indirect role in language: it serves as one kind of fodder for the organizing processes that give rise to the projected world. If this is the case, we must question the centrality to natural language semantics of the notions of truth and reference as traditionally conceived. Truth is generally regarded as a relationship between a certain subset of sentences (the true ones) and the real world; reference is regarded as a relationship between expressions in a language and things in

the real world that these expressions refer to. Having rejected the direct connection of the real world to language, we should not take these notions as starting points for a theory of meaning. (Jackendoff 1983: 29)

O significado não pode ser despojado de seu caráter psicológico, e deve confundir-se com a idéia de representação mental na medida em que referencia não mais uma realidade autotélica mas a realidade projetada por dispositivos mentais a partir de matéria sensorial. O caráter excessivamente subjetivista dessa proposta é relativizado pela postulação de que essa organização perceptual (que, em certa medida, condiciona ulteriores organizações conceptuais) é comum à espécie humana, sendo, pelo menos em parte, inata. De resto, também é de se esperar que, motivados por uma realidade objetiva comum, os seres humanos empreendam projeções equivalentes e, portanto, possam estabelecer comunicação.

A idéia de representação mental remete seguramente a Descartes. Para o autor, a *repraesentatio* seria a operação pela qual a mente tem presente em si mesma um objeto externo. A representação estabeleceria a relação entre a consciência e o real ao tornar a realidade externa um objeto da consciência.

A chave para escapar aos argumentos do descentramento de Kant e do behaviorismo lógico de Ryle envolve a exploração de dois dos desdobramentos clássicos da proposta cartesiana: a postura do ceticismo representacional e a do solipsismo metodológico.

O ceticismo representacional postula que as representações não têm necessariamente conexão com as coisas representadas. O problema aqui envolve a natureza das representações, dos objetos mentais que viabilizariam a freqüentação da realidade. A relação entre representação e representado não seria — pelo menos não necessariamente — icônica. E não o seria, basicamente, pelo paradoxo envolvido: se as imagens são representadas como imagens quem (ou o que) representaria as representações? O ceticismo — hipótese contrária ao isomorfismo — se colocaria, portanto, como alternativa à postulação de homúnculos, de homens dentro de homens dentro de homens para que se pudesse, uma vez representada a realidade, manipular as representações. As representações não se pretederiam, pois, espelhos da natureza:

At this moment it does indeed seem to me that it is with eyes awake that I am looking at this paper; that this head which I move is not asleep, that is deliberately and of set purpose that I extend my hand and perceive it... But in thinking over this I remind myself that on many occasions I have been deceived by similar illusions, and in dwelling on this reflection I see so manifestly that there are no certain indications by which we may clearly distinguish wakefulness from sleep that I am lost in astonishment. And my astonishment is such that it is almost capable of persuading me that I now dream. (Descartes apud Fodor 1981: 228)

O solipsismo metodológico — corolário do ceticismo representacional — afirma a possibilidade de estudarmos a mente sem levar em consideração a realidade que a suporta e que é por ela pensada. Se não espelha a Realidade, a representação funda uma nova, uma outra e fictícia realidade. A incomensurabilidade entre essa realidade projetada e a realidade objetiva não apenas desautorizaria o isomorfismo, mas licenciaria a representação da representação, a projeção do projetado. Não se trata mais de

desvendar o Real, mas de formular e operar um modelo³⁵ de realidade ao qual não caberá já a idéia de Verdade (para sempre perdida), mas os princípios científicos do turno: a economia, a elegância, a utilidade, a fecundidade e a fortuna crítica.

Methodological solipsism isn't, of course, solipsism tout court. It's not part of the enterprise to assert, or even suggest, that you and I are actually in the situation of Winograd's computer. Heaven only knows what relation between me and Robin Roberts makes it possible for me to think of him (refer to him, etc.), and I've been doubting the practical possibility of a science whose generalizations that relation instantiates. But I don't doubt that there is such a relation or that I do sometimes think of him. Still more: I have reasons not to doubt it; precisely the sorts of reasons I'd supply if I were asked to justify my knowledge claims about his pitching record. In short: it's true that Roberts won twenty-eight, and it's true that I know that he did, and nothing in the preceding tends to impugn these truths. (Or, contrariwise, if he didn't and I'm mistaken, then the reasons for my mistake are philosophically boring; they're biographical, not epistemological or ontological). My point, then, is of course not that solipsism is true; it's just that truth, reference and the rest of the semantic notions aren't psychological categories. What they are is: they're modes of Dasein. I don't know what Dasein is, but I'm sure that there's lots of it around, and I'm sure that you and I and Cincinatti have all got it. What more do you want? (Fodor 1981: 252-253)

O ceticismo representacional e o solipsismo metodológico permitem evitar o relativismo. Não o enfrentam, porém. A trajetória que permite a redefinição do conceito de realidade (e que descarta a idéia de Verdade) apenas contorna a questão. A mente já pode pensar a mente — e a linguagem pode falar a linguagem — desde que não se proponham a esgotá-las, a exauri-las, a entendê-las por inteiro. Porque haverá sempre uma mente residual (a mente que pensa a mente) e uma linguagem que falta (a linguagem que fala a linguagem) que permanecerão, por definição, inexplicadas. Se esse lado oculto (obtusos?) da mente e da linguagem pode ofuscar o brilho e a elegância das teorias sobre

³⁵ Na acepção em que a Física define o termo: como um conjunto de hipóteses sobre a estrutura ou o comportamento de um sistema físico pelo qual se procuram explicar ou prever, dentro de uma teoria científica, as propriedades do sistema.

uma e outra é uma hipótese que não pode pertencer ao objetivo deste texto. Deverei também primar aqui pela ingenuidade de afirmar que não me interessa a Verdade. Interessa-me apenas a ilusão de aprisioná-la — a ela tão furtiva — sob as peias de primitivos teóricos que permitirão compreender (que é deixar de sentir) ASPECTO.

6. Obedeça à gramática quem não sabe pensar o que sente

A gramática, definindo o uso, faz divisões legítimas e falsas. Divide, por exemplo, os verbos em transitivos e intransitivos; porém, o homem de saber dizer tem muitas vezes que converter um verbo transitivo em intransitivo para fotografar o que sente, e não para, como o comum dos animais homens, o ver às escuras. Se quiser dizer que existo, direi "Sou". Se quiser dizer que existo como alma separada, direi "Sou eu". Mas se quiser dizer que existo como entidade que a si mesma se dirige e forma, que exerce junto de si mesma a função divina de se criar, como hei-de empregar o verbo "ser" senão convertendo-o subitamente em transitivo? E então, triunfalmente, antigramaticalmente supremo, direi "Sou-me". Terei dito uma filosofia em duas palavras pequenas. Que preferível não é isto a não dizer nada em quarenta frases? Que mais se pode exigir da filosofia e da dicção?

(Fernando Pessoa)

Entre as inúmeras convergências que se estabelecem nos tratados da aspectologia do português contemporâneo destaca-se a definição de ASPECTO como categoria gramatical. Embora muitos autores prefiram denominações mais neutras (e nada elucidativas) como 'relação', 'propriedade' e 'representação', atribui-se a ASPECTO, comumente, o mesmo estatuto teórico de categorias como TEMPO, MODO, VOZ, NÚMERO, PESSOA, GÊNERO e CASO, tradicionalmente arroladas como gramaticais.

O que significa, porém, definir ASPECTO como categoria gramatical?

Γραμμα, -ατος, no grego clássico, correspondia — acredita-se — a algo próximo do que para nós hoje estaria associado à idéia de 'letra', o símbolo gráfico com

que representamos os sons da fala³⁶. Da referência tangível, a acepção original teria se expandido, ainda na Grécia, para a idéia abstrata que se esconde por trás do conceito de *η γραμματικη τεχνη*, ou de sua correspondente latina, *ars grammatica*, a arte das letras. A obra de Dionísio de Trácia já não pode ser caracterizada, porém, como um manual de caligrafia; é agora o registro das formas lingüísticas abonadas e rejeitadas pela sociedade da época. Principalmente: trata-se da tentativa de justificar juízos de valor para a linguagem. Como se estabelece essa expansão do conceito não pode interessar a este texto; importa aqui apenas observar que a idéia de ‘gramática’, tal como hoje a entendemos, é expoente direta do esteticismo grego, do ideal da *kalokagathia*, do belo & bom. Aos gregos — como a nós — não deveria interessar o imponderável, o inumerável, o indizível, o impensável que muitas vezes se esconde sobre os juízos (de qualquer espécie) sobre a linguagem. Toda a civilização grega — e toda a civilização ocidental, por extensão — se constitui em torno da oposição entre caos e cosmos, entre ordem e desordem. Seu objetivo maior — e também o nosso — é organizar a realidade, dissolver o equívoco, emparedar o conhecimento, domar a inteligência. Há que se evitar, lá como aqui, por todos os caminhos, o inteligível mas ininterpretável. Há que se encarcerar as formas do pensamento, acorrentá-las ao verbo, dominá-las. Enfim, é preciso recuperar a *arché* sob o fluxo eterno da linguagem. *Arché* que não pode ser senão a lógica.

O ideal de beleza dos gregos, transposto para o pensamento, conduz à idéia de que há formas corretas e incorretas de pensar. Haverá um saber apolíneo, racional, sóbrio, que se pensa através de categorias putativamente óbvias: causa/conseqüência,

³⁶Neste sentido, conserva ainda o português as formas ‘anagrama’, ‘digrama’ e ‘ideograma’

dentro/fora, sobre/sob, já/não-já, igual/diferente. E haverá um não-saber dionisiaco, intuitivo, mítico, ébrio, impressionista, infecundo, caótico, que não se pensa e que não pode ser pensado (e que, portanto, deve ser a todo custo evitado).

O conceito de categoria gramatical quer remeter seguramente à primeira classe do saber. Quer ser um conceito sério, confiável, estável, unívoco. Não consegue. Mercê das incontáveis expansões da idéia original, a idéia de categoria gramatical raramente tem merecido, na teoria lingüística, formalizações consistentes. Constitui, quase sempre, um primitivo metalingüístico, uma hipótese de trabalho que — talvez exatamente pela equívocidade — tem se revelado extremamente fecunda na descrição das línguas naturais.

A princípio, o conceito estaria relacionado a uma perspectiva eminentemente indutivista de abordagem dos fenômenos da linguagem: a constatação da recorrência de determinadas marcas morfológicas em determinados contextos lingüísticos e a tentativa de agrupamento desses morfemas em torno de princípios (ou classes) comuns. Estabelece-se, neste sentido, claro parentesco entre os conceitos de categoria gramatical e partes do discurso. Ambos são resultado de um mesmo esforço de tipologização da linguagem. Enquanto o último a imagina subdividida em classes de vocábulos, cada uma das quais associada a um determinado papel sintático e relacionada a alguma categoria semântica específica, o primeiro reconhece, em cada vocábulo da língua, em cada “parte do discurso”, a articulação de dois mundos: o mundo essencial (substantivo) dos lexemas, da idéia primeira das palavras, seu sentido radical; e o mundo acidental

(adjetivo) dos morfemas gramaticais, universo funcional e inessencial. Reproduzir-se-ia em cada palavra da língua — e forçoso é considerar que “palavra” não é exatamente uma fronteira pacífica — a dicotomia que se instala em todo o pensamento ocidental.

Esta segmentação lexical — que sintomaticamente deixa de ser possível em lexias não referenciais (como nas preposições e conjunções, por exemplo) — é tributária, portanto, das noções de substância e acidente que, pelo menos desde Aristóteles, inspiram a filosofia ocidental. Os lexemas, na medida de sua rarefação, na medida em que são variados e singulares, conformariam a “substância” das palavras — o que cada uma possui de seu e idiossincrático — enquanto os gramemas, formas recorrentes e pervasivas, formas obrigatórias (e, por obrigatórias, repetitivas e previsíveis e, portanto, e paradoxalmente, em certa medida prescindíveis) constituiriam a parte “acidental” das lexias (justificando, neste sentido, a denominação — hoje desusada — de ‘acidente’ às variações inflexionais).

Os conceitos de substância e acidente repertoriados na antinomia léxico-gramática não são, porém, genuinamente aristotélicos. Os morfemas lexicais não se confundem com a idéia de substância primária — *ousia proté* — sujeito do qual se afirma ou se nega algum predicado e que não é, ele mesmo, predicado de nada. Os lexemas — resguardada a exceção dos nomes próprios usados para referenciar recortes muito específicos da realidade — também predicam e constituem, não raro, quantidades, qualidades, relações, lugares, tempo, posições, estados, ações, afeições — tudo, enfim, o que Aristóteles opôs ao conceito de substância (cf. *Categories*).

A idéia de substância inventariada no conceito de morfema lexical é antes a da escolástica: a idéia de hipóstase, ou seja, o que subsiste, o que existe sob, o que existe à margem dos acidentes. Etimologicamente, é uma definição negativa. O cerne das palavras não seria senão a ausência do invólucro gramatical. A indisputável vinculação desse núcleo a categorias extralingüísticas — em se pensando sempre nas expressões referenciais — enfraquece, porém, essa tensão original entre acidente e substância, possibilitando à última, por meios transversos, definir-se positivamente.

Também a idéia de acidente em questão não é aristotélica. É importante observar que, para Aristóteles, as categorias gramaticais não representariam acidentes, na medida em que não são fortuitas ou contingentes. Não se pode dizer que as categorias gramaticais sejam meras propriedades ou afecções da substância das palavras. Estariam antes relacionadas ao “necessário”, que também se distinguiria do “essencial”, resguardada, porém, a idéia de pertencimento. O conceito de acidente, portanto, também reelaborado pela escolástica, é também relacional: acidente é o que não é substância, da mesma forma que substância, em princípio, deveria ser o que não é acidente. A tênue fronteira entre um e outro se estabeleceria, sempre indutivista, a partir de critérios distribucionais, como a posição, a co-ocorrência e o grau de comutabilidade:

“L'aspect est une forme qui, dans le système même du verbe, dénote une opposition transcendant toutes les autres oppositions du système et capable ainsi de s'intégrer à chacun des termes entre lesquels se marquent les dites oppositions.”
(Guillaume *apud* Godoi 1992: 9)

À recorrência dos morfemas gramaticais pode-se acrescentar a observação de que essas marcas obedecem a determinadas regras de combinação, no sentido de predicarem apenas determinadas partes do discurso e determinadas posições sintáticas. A marca que deu origem à idéia de GÊNERO, por exemplo, associa-se sistematicamente ao que se considerou, a partir da observação do comportamento das palavras nas estruturas, ‘artigo’, ‘substantivo’ e ‘adjetivo’, ao passo que categorias como TEMPO, MODO, VOZ e ASPECTO parecem se relacionar com a classe dos lexemas a que se convencionou chamar ‘verbo’. Nesta perspectiva, ASPECTO seria um acidente do verbo, algo que pertence ao verbo, que pode ser falado do verbo, predicável do verbo, predicamental do verbo, e que, contudo, não participa da essência do verbo:

“Le temps impliqué est celui que le verbe emporte avec soi, qui lui est inhérent, fait partie intégrante de sa substance et dont la notion est indissolublement liée à celle de verbe. Il suffit de prononcer le nom d’un verbe comme ‘marcher’ pour que s’éveille dans l’esprit, avec l’idée d’un procès, celle du temps destiné à en porter la réalisation.”
(Martin & Nef apud Godoi 1992: 9)

A definição de categoria gramatical repousaria, pois, sobre traços preferencialmente morfológicos. Representariam categorias gramaticais os morfemas flexionais dependentes (presos e com distribuição característica) obrigatórios (formantes). Neste sentido, sua função não seria outra senão a de multiplicar as aplicações de uma palavra, evitando assim a dicionarização — presumivelmente desnecessária e redundante — de todas as possibilidades lexicais. Os gramemas conformariam, portanto, instrumentos arbitrários de organização interna da língua (e, por isso, variariam de língua para língua), compondo um dispositivo de economia do sistema.

Nesta perspectiva, e muitas vezes confundindo categorias gramaticais com classes de vocábulos (ou partes do discurso), as oposições entre gramática e léxico seriam estabelecidas a partir das noções de classe fechada e classe aberta.

Observam-se, contudo, várias restrições a essa idéia de categoria gramatical. Em primeiro lugar, não são exatamente claras as fronteiras entre morfemas dependentes e independentes, como clara nem sempre é a distinção entre morfemas dependentes formantes e morfemas dependentes aumentos.

Consideremos, por exemplo, os dois pares de sentença:

1a — Maria foi feliz.

1b — Maria era feliz.

2a — Maria morreu feliz.

2b — Maria morria feliz.

É temerário afirmar que a oposição entre as sentenças *a* e *b* nos dois pares considerados é rigorosamente a mesma, embora esteja operando, efetivamente, o mesmo mecanismo gramatical (a comutação entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo). A aparente oposição de duratividade que se estabelece dentro dos pares se vê problematizada pelo acréscimo, por exemplo, de expressões que ratifiquem (ou que reforcem) a extensão de tempo decorrida entre o início e o fim da situação verbal:

1a — Maria foi feliz durante toda a primavera.

1b — Maria era feliz durante toda a primavera.

2a — *Maria morreu feliz durante toda a primavera.

2b — *Maria morria feliz durante toda a primavera.

Se a oposição entre os pares (1) e (2) se resumisse à questão da duratividade, a ininterpretabilidade dos enunciados (2a) e (2b) não se justificaria, porque *durante toda a primavera* pode ser seguramente definido, em ambos os casos, como [+durativo]. Existe, portanto, uma clara contribuição do lexema {morr-}, de uma riqueza semântica incomparavelmente superior à do verbo 'ser', na construção do valor aspectual da sentença. O morfema lexical, no caso, também veicula uma idéia de duração que certamente contrasta com a relacionada à expressão *durante toda a primavera*. Essa incompatibilidade compromete a interpretabilidade do enunciado, que somente se faria possível em um contexto não ortodoxo. Torna-se problemático afirmar, portanto, que a aspectualidade (se considerada a duração) é função apenas dos morfemas formantes³⁷.

Outra restrição, de ordem antropológica, concerne ao caráter indisputavelmente etnocêntrico dessa postulação. A definição de categorias gramaticais a partir dos morfemas formantes exclui, de imediato, a possibilidade de categorias gramaticais para línguas não inflexionais, e desconhece outros processos de gramaticalização (através de morfemas táticos³⁸ e morfemas supra-segmentais³⁹, por exemplo) verificáveis mesmo para línguas indo-européias.

³⁷Wittgenstein 1979 (p. 173) cita um outro exemplo:

1. *Por um instante, ele sentiu uma forte dor.*

2. *Por um instante, ele sentiu uma forte preocupação.*

³⁸A co-ocorrência sintagmática dos elementos rege-se pelas relações distribucionais de compatibilidade/incompatibilidade contextual. A ordem de colocação de dois elementos compatíveis no mesmo contexto é um meio tático de que se servem algumas línguas para distinguir sentidos diferentes.

Finalmente, uma última restrição, de base psicológica, problematiza a própria possibilidade da análise morfológica nos termos em que é normalmente colocada. Não é certo que, durante o processamento lexical e sintático, os falantes recuperem, com estatuto diferenciado, as formas dos morfemas gramaticais da língua.

Although the bulk of the evidence from reaction time and speech error research suggests that people store multimorphemic words economically as morphemes, some have found evidence against a "morpheme-stripping" view. In speech errors, for example, the suffixes are usually maintained, as in "provisional" for "provincial". It does not take any longer to recognize a suffixed word, such as "dust-y", than a similar pseudosuffixed word, such as "fancy". Rubin, Becker, and Freeman found differences in lexical processing time between suffixed (e.g., sender) and pseudosuffixed words (e.g., sister) only when at least 50 percent of the experimental list was composed of suffixed words. This suggests that decomposition of words into morphemes may have been a strategy that subjects used after noticing differences in the types of words in the list. (Hirsh-Pasek et al 1993: 148)

Essas e outras questões conduzem, frequentemente, à postulação de uma definição supra-morfológica (e mesmo extralingüística) das categorias gramaticais. A forma dos morfemas e sua distribuição na sentença deixam de constituir os únicos critérios arrolados na delimitação das fronteiras entre morfemas lexicais e morfemas gramaticais, entre substância e acidente das palavras. Mesmo em abordagens formalistas estabeleceu-se, apesar do paradoxo, a idéia de que essas marcas formais corresponderiam a

O português, por exemplo, fixou como norma a ordem de colocação que se expressa pela seqüência de elemento modificador + elemento modificado. Como essa seqüencialidade alçou-se à norma, ela passou a expressar um sentido habitual (assim, em português, um adjetivo anteposto a um substantivo é atributivo, ao passo que que posposto ao substantivo é predicativo). (...) A esse processo tático de diferenciar sentidos, costumam alguns autores aludir com a expressão "morfemas sem forma" (Adrados apud Lopes 1977: 174-175)

³⁹*Outro caso curioso da morfologia é o apresentado pelos morfemas em função emotiva (ou seja, não puramente referencial). (...) A entonação não pode ser analisada em termos de fonema, mas é inegável que ela tem o valor de um morfema: trata-se, por isso, de um morfema supra-segmental (Malmberg apud Lopes 1977: 176)*

“categorias naturais” — e de que seriam passíveis, portanto, de uma definição nocional. O significado que se julgou inerente a cada uma dessas formas linguísticas passou, então, a integrar as definições das partes do discurso e das categorias gramaticais. E instalou-se, na tradição da gramática, o gosto por definições que confundiriam critérios conteudísticos e critérios formais.

Como conseqüência, morfemas lexicais deixam de ser apenas formas razoavelmente livres e especializadas, com distribuição característica, que se combinariam aos morfemas gramaticais (formas presas e recorrentes) para formar palavras. Na medida em que se passa a acreditar que as palavras estão pelas coisas, que as palavras significam porque as coisas são, que *nomina sunt consequentia rerum*, confundem-se, em torno da idéia de lexema, os conceitos de hipóstase e essência. Na medida em que se passa a acreditar que a estrutura da língua reflete a estrutura do mundo, que a dicotomia substância-acidente se estabelece na linguagem da mesma forma e na mesma proporção em que se verifica no mundo físico, os lexemas passam a constituir a própria essência das coisas — definição positiva, portanto — predicada agora não mais por categorias linguísticas, mas por categorias da “realidade”. Tem início, então, a tentativa de encontrar motivações e referências extralinguísticas para as formas gramaticais.

A princípio, a partir da perspectiva de que os diferentes modos de predicação estariam intimamente associados à própria maneira de ser das coisas, postulou-se que as categorias gramaticais corresponderiam a propriedades intrínsecas das substâncias. O

significado de uma categoria gramatical seria, pois, o significado do predicado que poderia ser adjudicado à substância denotada pelo morfema lexical. Se os lexemas denotam porções do mundo físico, os gramemas denotariam predicados dessas porções do mundo físico. A linguagem mimetizaria, desta forma, a mesma relação substância-acidente supostamente verificável para a realidade.

O significado de ASPECTO seria, então, o significado de um dos predicados — em se considerando que há outros predicados representados na linguagem (TEMPO, MODO, VOZ, etc.) — da porção de mundo denotada pelo verbo. Atribuir sentido a ASPECTO requereria, portanto, investigar os atributos associados à idéia de processo (denotada — acredita-se — pelo verbo), ponto de vista predominante em boa parte da tradição da aspectologia do português contemporâneo:

O aspecto é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração e desenvolvimento. É a representação espacial do processo. (Castilho 1967: 41)

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não-dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da ação. (Travaglia 1985: 53)

... aspecto [é] a categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de uma expressões de uma língua natural, (i) por seleção de um predicador pertencente a uma dada classe; (ii) por quantificação do intervalo do tempo em que o estado de coisas descrito está localizado, e/ou (iii) por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes. (Mira Mateus et al. 1983: 125)

À medida que sempre se pretendeu que essas “categorias naturais” constituíssem universais semânticos, acreditou-se também (e acredita-se ainda) que a relação substância-acidente estabelecida para uma língua é também válida para todas as línguas naturais, o que implica, evidentemente, que o repertório de categorias gramaticais de uma língua, quando pode ser traçado, obedece à mesma lógica que preside a categorização gramatical para todas as línguas. Justifica-se, neste sentido, a convergência de definições de ASPECTO e de noções aspectuais normalmente arroladas pela aspectologia de diferentes línguas.

À perspectiva substancialista aristotélica — de que a estrutura da língua refletiria a estrutura do mundo e de que o “significar”, conseqüentemente, derivaria do “ser” — opõe-se a visão dos gramáticos de Port-Royal, para os quais a linguagem repercutiria essencialmente a estrutura do pensamento. Esses traços associados a partes do discurso reproduziriam, portanto, não mais a disposição do mundo físico, mas categorias lógicas igualmente universais.

Essa visão se tornou hegemônica em fins do século XIX, com as colocações dos comparatistas. Schleicher, por exemplo, um dos entusiastas da tese do declínio das línguas, postulava que, ao longo da história, as línguas teriam caminhado, a partir de uma estrutura interna originariamente isolante e posteriormente aglutinante, na direção de uma estrutura flexional, em que o radical representaria o dado empírico, e as marcas gramaticais, as formas *a priori* do pensamento⁴⁰.

⁴⁰Segundo TODOROV & DUCROT 1977: 23.

ASPECTO já não constituiria, portanto, um modo de “ser” da ação, mas um modo de “ver” a ação:

Aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation. (Comrie 1976: 3)

Embora postulações como a da involução das línguas naturais já não sejam aceitáveis no seio da Linguística contemporânea, abordagens mais recentes, voltadas para as relações entre linguagem e mente, têm reabilitado parte das postulações formuladas por Schleicher, Arnauld e Lancelot. No caso dos gramáticos franceses, tem-se reconhecido que a linguagem, embora possa não ser o reflexo do pensamento, está geneticamente imbricada a ele e, em certo sentido, compartilha de boa parte de sua estrutura e funcionamento. O que, de certa forma, autoriza aproximações entre a semântica gramatical das línguas naturais e a morfologia psicológica dos falantes. As formulações de Schleicher, ainda que não possam ser de todo mantidas, não são, portanto, completamente descabidas⁴¹.

De qualquer forma, categorias funcionais como TEMPO e MODO, que remetem a noções eminentemente psicológicas, dificilmente poderiam ser consideradas apenas dispositivos de organização interna da língua, sem qualquer relação com a organização

⁴¹Talmy 1986 observa, por exemplo, que o conjunto de noções gramaticalizadas nas línguas naturais é razoavelmente convergente e reporta, quase sempre, categorias topológicas e quasi-topológicas (como ponto, extensão linear, localização, inclusão, etc.). O autor assinala, principalmente, que o elenco das noções não-topológicas (como movimento, meio e tempo, por exemplo) é freqüentemente “topologizado” no processo de gramaticalização.

mental do falante. A aparente visibilidade do significado dessas categorias gramaticais explica, certamente, o apego e a contaminação nocional em abordagens eminentemente formais.

Como conciliar, porém, a teoria da motivação cognitiva da gramática (e, por extensão, das categorias gramaticais) com a arbitrariedade inequívoca que envolve os mecanismos de gramaticalização das línguas naturais? O quadro gramatical concebido para o indo-europeu — ele mesmo insuficiente e muitas vezes inadequado — dificilmente poderia ser transferido para a totalidade das línguas do planeta. Não se pode pretender a universalidade de conceitos que, aplicados a uma variedade apenas considerável de línguas, já se revelaram completamente mistificadores⁴².

A definição de ASPECTO como categoria gramatical revela-se, portanto, inoperante. A idéia de categoria gramatical encerra tamanha multiplicidade de usos que inviabiliza qualquer descrição sistêmica de ASPECTO. De pouco adianta classificar a categoria na gramática: revela-se o óbvio. Que ASPECTO relaciona-se não (apenas) ao repertório de signos da linguagem — pelo menos não ao repertório lexical — mas à sua própria

⁴²*Veja-se, por exemplo, na categoria do gênero, onde o disparate é evidente; vejam-se duas línguas tão próximas, histórica e geograficamente, como o alemão e o inglês: de um lado, três gêneros ainda muito vivos, do outro, nenhum gênero (ou nada mais que relíquias); mesmo a distinção entre masculino e feminino, onde existe, tornou-se em geral puramente formal (pode-se pensar no casamento de uma sentinela que esposa um manequim...).* (Leroy 1971: 197).

estrutura e às interfaces não-lexicais que a linguagem estabelece com a realidade e/ou com o pensamento. É necessário, pois, recuar ainda mais e perscrutar o sentimento que permite a categoria.



7. *Quid est ergo tempum? si nemo ex me quaerat scio; si quaerenti explicare velim, nescio.*

Os animais se dividem em:

- a) pertencentes ao imperador;*
- b) embalsamados;*
- c) domesticados;*
- d) leitões;*
- e) sereias;*
- f) fabulosos;*
- g) cães em liberdade;*
- h) incluídos na presente classificação;*
- i) que se agitam como loucos;*
- j) inumeráveis;*
- k) desenhados com um pincel fino de pêlo de camelo;*
- l) et coetera;*
- m) que acabam de quebrar a bilha;*
- n) que de longe parecem moscas.*

(Jorge Luís Borges)

A célebre taxonomia zoológica de Borges, "extraída de uma certa enciclopédia chinesa", é já um ponto de partida clássico para o enfrentamento dos problemas relativos ao fenômeno da categorização. A classificação do autor, exatamente porque não pode ser pensada, evidencia o caráter jamais aleatório desse relacionamento de acontecimentos experiencialmente díspares que representa a própria possibilidade do conhecimento humano.

O fenômeno da categorização não é, porém, exatamente bem conhecido. Categorias não são simplesmente classes de objetos que compartilham quaisquer propriedades comuns. O conjunto de objetos que não são verdes ou a classe das coisas

que possuem peso ímpar em gramas, por exemplo, dificilmente constituiriam categorias. Como observa Smith (1990), para que uma classe constitua uma categoria não basta haver semelhança, é preciso haver o sentimento da semelhança, é preciso haver a crença de que os componentes integram o mesmo conjunto. Essa crença — estatuto de “categoridade” (*categoryhood*) de uma classe — envolveria pelo menos três metáforas cognitivas⁴³: (1) semelhantes são iguais; (2) categorias são famílias; e (3) forma é função.

A primeira das metáforas se manifesta como a própria possibilidade de projeção do Real. Não se pode reconhecer a singularidade de todos os eventos do mundo por uma limitação básica: memória. Categorizamos, portanto, para perceber e armazenar a Realidade. Criamos categorias que nos permitem facilitar a percepção. Principalmente: criamos **apenas** as categorias que nos permitem alocar menos memória. O simples compartilhamento de traços não é garantia de funcionalidade. A categorização da classe dos objetos que não são verdes não ocorre, por exemplo, porque em nada contribuiria para agilizar a conceptualização da Realidade.

Consideremos o caso de ASPECTO:

- (1a) Maria chegou ontem.
- (1b) Maria chegava ontem.

⁴³Tomo aqui a liberdade de chamar ‘metáforas cognitivas’ aos mecanismos divizados por Smith 1990, que, por sua vez, reelabora os princípios de categorização estabelecidos em Rosch 1978 (p. 28): *Two general and basic principles are proposed for the formation of categories: The first has to do with the function of category systems and asserts that the task of category systems is to provide maximum information with the least cognitive effort [cognitive economy]; the second has to do with the structure of the information so provided and asserts that the perceived world comes as structured information rather than as arbitrary or unpredictable attributes. Thus maximum information with least cognitive effort is achieved if categories map the perceived world structure as closely as possible. This condition can be achieved either by the mapping of categories to given attribute structures or by the definition or redefinition of attributes to render a given set of categories appropriately structured.*

- (2a) Maria chegava ontem.
(2b) Maria estava chegando ontem.

Qualquer falante nativo da língua portuguesa — acredito — seria capaz de concordar com a idéia de que as sentenças (1a) e (1b), embora extremamente semelhantes, não são plenamente intercambiáveis. Há entre elas uma diferença, uma oposição que, embora sutil, é ainda significativa. O mesmo pode ser afirmado para as sentenças (2a) e (2b), que também não podem ser indiscriminadamente comutadas. Os dois pares envolvem, portanto, duas disjunções. Estabelece-se, porém, o sentimento de que a oposição entre (1a) e (1b) é, em muitos sentidos, semelhante à oposição entre (2a) e (2b). Não se sabe exatamente o que produz esse sentimento; talvez o contraste entre as sentenças *a* e *b* nos dois pares mobilize, de certa forma, as mesmas estruturas perceptuais. O fato é que as duas diferenças constituiriam, agora, não apenas uma classe (das diferenças entre quaisquer sentenças em pares de sentenças), mas uma categoria. Há uma semelhança entre as diferenças que é mais do que uma semelhança ou do que o simples compartilhamento de traços: há o sentimento de uma — em princípio, inexplicável — isonomia. Torna-se (misteriosamente) mais econômico enxergar nos dois pares a ocorrência de uma mesma oposição do que reconhecer que as disjunções, embora semelhantes, são ainda singulares e únicas. Somos interpelados por uma categoria que subsume as duas ocorrências reportadas, como se fossem um único e mesmo fenômeno: ASPECTO.

Nesse primeiro movimento, nada consciente, a diferença é sacrificada, e a conjunção se sobrepõe à disjunção. Se categorizar é reunir para perceber, a

categorização impõe já de início uma perda: a tra(ns)dução do Real gera um resíduo para sempre irrecuperável. Há uma imperfeição, há uma falta, há uma falha no tecido da projeção que não pode ser negligenciada. O mundo projetado não é senão esquema do Real. O sentimento (forjado) da semelhança oblitera, derroga, expunge a diferença. Estabelece não apenas uma possibilidade de apreensão da Realidade, mas toda a possibilidade de apreensão do Realidade. Vicia a percepção e aprisiona o pensamento.

Se não há liberdade nas categorias, fora delas não há Razão. O cárcere de ferro, a margem da possibilidade do pensamento é também seqüela do segundo movimento. A metáfora da família avoca a idéia de taxonomia. Categorizamos não apenas para perceber, mas para interpretar a realidade. Criamos e organizamos categorias de modo a agilizar o raciocínio. Estabelecemos mais do que um repertório de categorias insulares: urdimos relações de parentesco entre categorias; estruturamo-las em árvores de Porfírio para encarcerar e permitir o pensamento.

As disjunções assinaladas nos pares de sentença (1) e (2) — transformadas em instâncias de um mesmo fenômeno — ensejam múltiplas e parentes categorizações: DIFERENÇA, CATEGORIA, ASPECTO, PERFECTIVIDADE. Ao mesmo sentimento cabem papéis diferentes. E não se pode simplesmente renunciar ao dialogismo dessa experimentação, ou à urdidura que inevitavelmente se estabelece. Categorias são nós que não se pode desatar. A conceptualização longe está de uma atividade solitária, e toda

categorização é heteronômica. Categorizar é já estruturar o novo, é já entrelaçar o desconhecido e o conhecido, é já declarar a genealogia das idéias⁴⁴.

A última metáfora é a própria crença (atávica?) de que a similaridade formal implica similaridade funcional. Categorizamos, sobretudo, para manipular a realidade. Criamos categorias que permitem inferências, que suportam induções que nos auxiliam a agir sobre o mundo. Categorizamos classes que conduzem a generalizações úteis.

Não reuniríamos as oposições (1) e (2) sob uma mesma categoria se não acreditássemos que, a par de representar a própria possibilidade de as armazenarmos (e as pensarmos), essa reunião também é útil em inúmeros outros aspectos: a de podermos prever (e processar), por exemplo, o comportamento de estruturas equivalentes. A frequência com que o sentimento ocorre determina, seguramente, a categorização⁴⁵.

As três metáforas recuam para um nível de processamento da realidade que não cabe aqui discutir. São tão elementares que talvez já não se possa chamá-las metáforas, mas estruturas lógicas universais, primitivos cognitivos que servem de ponto de partida a todo o conhecimento. O que importa observar é que a organização conceptual ultrapassa

⁴⁴É interessante observar que há uma tendência “natural” para a classificação em categorias de níveis intermediários (que seriam mais utilizadas para codificar experiências do que categorias subordinadas ou superordenadas. Sobressairia aquela que não é nem tão vaga que possa não revelar nada, nem tão específica que possa revelar mais do que se deseja. Dado o estímulo, a classificação na categoria MAÇÃ é mais comum (e mais rápida) do que a classificação na categoria FRUTA ou na de um tipo específico de maçãs, por exemplo. (Smith 1990: 36)

⁴⁵A categorização de MAÇÃ é fecunda, por exemplo, na medida em que nos permite saber que uma determinada configuração da realidade que está sendo projetada no nosso campo visual é, entre outras coisas, comestível. Uma observação no mínimo curiosa, que Smith recupera de Gelmann & O’Reilly, é a de que categorias de tipos naturais, como MAÇÃ, suportam mais inferências indutivas do que categorias de tipos artificiais, como MESA.

a concepção clássica de categoria, segundo a qual dividimos o mundo de maneira a maximizar a similaridade intracategorias e minimizar a similaridade intercategorias. Esta é apenas parte da crença que subjaz ao processo de categorização.

Na Linguística, porém, a parte é o todo: o fenômeno da categorização não tem sido, senão de forma esporádica, problematizado. Postula-se, tacitamente, que a similaridade, e apenas a similaridade, é determinante no processo de categorização. Acredita-se que as relações intracategoriais são função apenas da semelhança dos membros: *pensarei* e *chegavam* pertencem à classe dos VERBOS apenas porque, em algum sentido, se parecem um com o outro. Da mesma forma, o que leva à postulação de uma categoria linguística de ASPECTO — não é difícil perceber — é o sentimento (ou a crença) da recorrência (ou da regularidade) da oposição que se estabelece entre algumas formas da língua portuguesa, como as assinaladas nos pares de sentenças (1) e (2)⁴⁶. O que leva à comparação entre *pensarei* e *chegavam*, o que leva ao sentimento de que nos pares de sentença estamos diante de uma mesma oposição “aspectual”, o que leva a pesquisar a possibilidade de coindexação de dois recortes da linguagem não tem sido objeto de estudo da Linguística. O sentimento de regularidade e a crença na recorrência que autorizariam a postulação de categorias como VERBO e ASPECTO não têm pertencido, senão incidentalmente, à agenda oficial dos estudos da linguagem.

⁴⁶ A idéia, a rigor, como acontece com todas as outras categorias gramaticais, é importada. A própria aspectologia reconhece a dívida para com os estudos dos eslavistas do início do século (Godoi 1992). A visibilidade das marcas aspectuais no russo seguramente contribuiu para (determinou?) a atual concepção da categoria.

Essa redução à semelhança operada pela Linguística — caudatária da concepção aristotélica, hegemônica na tradição do pensamento ocidental — envolve uma visão eminentemente decomposicional da categorização. Prevê-se que é possível expressar a similaridade — a alegada condição necessária e suficiente de categoridade — através da especificação de um conjunto finito de traços discretos cujo compartilhamento conduziria à inserção categorial. À Linguística, em última instância, caberia exatamente estabelecer quais seriam esses conjuntos e esses traços envolvidos nas estruturas da linguagem.

A similaridade de *pensarei* e *chegavam* decorreria, por exemplo, da presença de atributos (por exemplo, morfológicos e prosódicos) comuns. No caso de ASPECTO, poder-se-ia observar a ocorrência de traços supostamente pervasivos às manifestações aspectuais:

[+verbo]
[+indicativo]
[+duração] ou [+completamento] ou [+repetição]
[-tempo]
[-voz]

Uma oposição entre formas verbais (simples ou perifrásticas), no modo indicativo, que reportasse a duratividade, o completamento ou a repetição, e que ao mesmo tempo não atualizasse a temporalidade ou a agentividade do sujeito em relação ao verbo, poderia ser seguramente classificada como aspectual.

Os traços compartilhados pelos membros e que definiriam a condição de inserção categorial não seriam, porém, analisáveis. Faz parte do aparelho teórico aristotélico acreditar que seriam auto-evidentes, euclidianos. No caso de ASPECTO, não caberia definir o que é, por exemplo, [+verbo], [+duração], [+completamento] ou [+repetição]. Seriam primitivos teóricos que servem de ponto de partida à categorização.

A Linguística assume ainda que a identificação dos traços precede a categorização: para localizar *pensarei* na categoria VERBO, verifica-se antes o compartilhamento do conjunto de traços necessários. Apenas então se pode afirmar a coindexação. Da mesma forma, uma determinada oposição somente poderia ser classificada como aspectual se observasse todo o conjunto de traços especificado para a categoria ASPECTO.

Esses postulados remetem a uma concepção de categorização freqüentemente problematizada na Psicologia contemporânea. Representam, obviamente, uma possibilidade legítima da descrição de categorias; mas não estabelecem qualquer compromisso com a realidade psicológica do fenômeno da categorização. Para a diferenciação de inúmeras categorias (como CADEIRA, POLTRONA, TAMBORETE, CANAPÉ e POUF), os postulados são não apenas necessários, mas suficientes. Não é difícil estabelecer um elenco de traços comuns para diferenciar a extensão dos conceitos. Principalmente, haverá substancial convergência no estabelecimento desses traços⁴⁷:

⁴⁷Lopes 1977: 268.

traços	cadeira	poltrona	tamborete	canapé	pouf
com encosto	+	+	-	+	-
para uma pessoa	+	+	+	-	+
com braços	-	+	-	+	-
com pé(s)	+	+	+	+	+
para sentar-se	+	+	+	+	+
com material rígido	+	+	+	+	-

A caracterização falha, porém, para categorias mais instáveis (e menos concretas), como ASPECTO. Ao desconsiderar a ontogenia da categorização, a abordagem sugere fronteiras que a categoria desconhece e impede o tratamento da indeterminação que marca o conceito. Desinstrumentaliza, por exemplo, o tratamento do problema da iteratividade, que é interpretada ora como instância de ASPECTO (Castilho 1967, Travaglia 1985), ora como instância de NÚMERO (Costa 1990). Não permite entender por que, mesmo no interior de abordagens confluentes [que definem ASPECTO em torno da noção de duratividade], há divergência quanto à categorização de fenômenos como a progressividade e as fases de realização da ação (aspectos não-começado, começado e acabado), que somente Travaglia reconhece como instâncias aspectuais.

As relações intracategoriais merecem, portanto, definições menos excludentes, da mesma forma que as relações intercategoriais devem conhecer momentos de superposição (que permitam, por exemplo, entender a questão da taxonomia) e fronteiras menos nitidas. Importa superar, na Linguística, a visão clássica (hoje assaz ingênua) da categorização:

From the time of Aristotle to the later work of Wittgenstein, categories were thought to be well understood and unproblematic. They were assumed to be abstract

containers, with things either inside or outside the category. Things were assumed to be in the same category if and only if they had certain properties in common. And the properties they had in common were taken as defining the category.

This classical theory was not the result of empirical study. It was not even a subject of major debate. It was a philosophical position arrived at on the basis of a priori speculation. Over the centuries it simply became part of the background assumptions taken for granted in most scholarly disciplines. In fact, until very recently, the classical theory of categories were not even thought of as a theory. It was taught in most disciplines not as an empirical hypothesis but as an unquestionable, definitional truth. (Lakoff 1987: 6)

Já não se pode admitir que categorias são simplesmente conjuntos suficientes de traços necessários, que um indivíduo somente é considerado membro de uma categoria se compartilha (condição suficiente) todos os traços necessários a essa categoria. Essa concepção, de larga penetração na semântica tradicional, tem sido problematizada por implementações experimentais que acusam que a relação entre categorias e traços não é exatamente determinística, mas probabilística; que para muitas categorias (como JOGO, por exemplo) não existe um núcleo comum de traços necessários e suficientes, verificando-se relações de parentesco (*family resemblance*) mais complexas; que alguns membros das categorias são mais representativos (mais típicos) do que outros, o que é absolutamente inexplicável em se considerando categorias meros repertórios de traços comuns.

Essas observações têm conduzido, no último quartel do século, à formulação de teorias da categorização mais comprometidas com o uso que se faz das categorias — com sua natureza psicológica, dir-se-á — do que com a essência que as caracterizaria.

Entre as abordagens psicológicas do fenômeno da categorização destaca-se seguramente a teoria dos protótipos de Rosch 1973. A autora afirma, a partir de resultados obtidos em situações experimentais, que as categorias possuem um ponto de referência, uma melhor instância, um modelo exemplar, a partir do qual seria orientada a categorização. As fronteiras intercategoriais não seriam tão nítidas quanto no modelo aristotélico, verificando-se aproximações graduais à instância ótima e ideal. As categorias ainda poderiam ser entendidas como conjuntos de traços, mas nem todos os traços compartilhariam da mesma importância em relação ao processo de inserção categorial. Cumpria identificar os traços fundamentais (geralmente relacionados à percepção externa e à utilização das categorias) para determinar se um indivíduo pertence ou não a uma determinada categoria. A condição de pertencimento estaria agora relacionada não ao compartilhamento do conjunto de traços (ontológico) que definiriam uma determinada categoria mas à co-presença de traços estereotípicos.

No caso de ASPECTO, poder-se-ia estabelecer que a oposição referência, privilegiadamente, a relação entre duração e não-duração, como na clássica oposição entre *ser* e *estar*. Esta seria a instância ideal, a oposição prototípica que ensejaria a construção da categoria. Outras oposições integrariam a categoria não na medida em que retomam exatamente a mesma relação, mas quando tangenciam essa estrutura ideal. Neste sentido, quanto mais envolverem traços (muitas vezes invisíveis) semelhantes ao mobilizados pelo protótipo, tanto mais imediato o reconhecimento da relação de pertencimento.

Outro modelo também alicerçado na tipicidade dos membros, e que compartilha das qualidades do modelo de protótipos, é o de Medin & Schaffer 1978. Os autores reconhecem, como Rosch, que não há um conjunto definido de traços que possa ser elencado para determinar juízos de pertencimento. Mas postulam agora a existência de vários modelos exemplares (e não de uma única melhor instância) a partir dos quais é realizada a categorização. Não haveria um protótipo, mas inúmeros protótipos ou, antes, várias condições de prototipia.

Afirmar-se-ia, agora, que ASPECTO não retoma apenas a oposição entre duração e não-duração, mas também a que se verifica, por exemplo, entre situações iterativas e semelfactivas. A dispersão da instância ideal poderia, sem dúvida, justificar a inserção de inúmeras oposições que, tradicionalmente reconhecidas como aspectuais, envolvem apenas remotamente contato com a situação prototípica do modelo roschiano.

Em todos esses casos, contudo, a categorização acompanha ainda os modelos *bottom-up*, ou as chamadas teorias de traços. As diferenças entre Aristóteles, Rosch e Medin & Schaffer não ocultam uma convergência anterior: a de que a categorização é, sobretudo, um processo analítico. As categorias devem ser entendidas (ou armazenadas), segundo os autores, como conjuntos de traços: no caso de Aristóteles, como conjuntos suficientes dos traços necessários; para Rosch, como conjuntos de traços da instância prototípica; no modelo policêntrico de Medin & Schaffer, como conjuntos de traços das várias instâncias exemplares.

Os problemas surgem quando da especificação desses conjuntos e da determinação desses traços. Nem Aristóteles, nem Rosch, nem Medin & Schaffer conseguem evitar as questões que tradicionalmente problematizam as abordagens decompositivas: (1) o que é um traço e (2) quais traços, entre os disponíveis, devem ser escolhidos para representar as categorias.

A primeira questão investiga a crença — corolário das teorias de traços — de que os humanos seríamos equipados com um alfabeto de traços conceptuais que, combinados das mais diferentes formas, permitiriam representar todas as categorias que podemos pensar. A existência desse mínimo denominador comum parece, contudo, improvável. O alfabeto de semânticos primitivos é ainda uma quimera. Não há qualquer convergência sobre o conjunto desses traços atômicos capaz de representar todas as categorias imagináveis. Nem sempre é possível estabelecer um repertório de traços que seja comum a toda a extensão de uma categoria. Como nem sempre é possível eleger instâncias prototípicas e exemplares capazes de orientar o processo de categorização. Finalmente, não há qualquer consenso quanto à natureza dos primitivos semânticos dos quais seriam constituídas as categorias.

A segunda questão é desdobramento da primeira. Ainda que conhecêssemos o elenco de semânticos primitivos, como determinar quais deles deveriam participar da representação de uma categoria? Como estabelecer o que é fundamental e o que é acessório na caracterização de um conceito? As categorias não existem despregadas da

realidade e, muitas vezes, o que é acessório torna-se fundamental na determinação de uma categoria.

A circularidade das discussões sobre o elenco e a natureza desses traços atômicos que governariam o processo de inserção categorial tem conduzido a abordagens não-decomposicionais (ou *knowledge-based*) do fenômeno da categorização. O ponto de partida tem sido a Teoria da Gestalt.

Crer para ver

(Santo Agostinho)

Entre as principais contribuições da Gestalt para a Psicologia moderna salienta-se o privilegiamento da relação parte-todo. Embora a idéia de que o todo não é apenas a soma de suas partes não seja exatamente recente, as primeiras abordagens psicológicas do século, como o associacionismo e o behaviourismo, partidárias de um reducionismo atomista, não admitiam que o todo pudesse perder algo de sua identidade e importância quando analisado através do conjunto de suas supostas partes constituintes. Assim, na tradição empirista do behaviourismo de Watson, a realidade era definida basicamente como uma profusão de sensações particulares e inarticuladas que, através do processo de associação, eram organizadas em percepções e, posteriormente, em idéias.

À Gestalt coube, principalmente a partir das considerações de Wertheimer sobre o movimento aparente e as pós-imagens, sustentar cientificamente (através das leis de combinação e das propriedades emergentes) a indecomponibilidade do todo, reabilitando a utilização de variáveis globais na Psicologia e subvertendo profundamente a maneira como era entendida a percepção humana. À tradição behaviourista, os gestaltistas opuseram o papel do todo na definição e articulação de cada uma de suas partes: como

não existe excitação sensorial isolada, perceber, mais do que associar, é organizar, é estruturar a realidade desestruturada.

Esse processo de organização — de articulação da realidade para capturar os estímulos sensoriais (e não o contrário: articular os estímulos para capturar a realidade) — não se resume, porém, à individuação. Por uma série de limitações de memória e processamento seríamos levados a não apenas perceber as coisas no mundo, mas a interrelacioná-las para podermos manipular e operar a realidade. Ao projetar a realidade objetiva para a realidade conceptual, o homem inevitavelmente reúne diferentes configurações em uma mesma estrutura e atribui, aos membros dessa classe, propriedades formais e/ou funcionais comuns.

As teorias de traços, ao veicularem um modelo analítico do processo de categorização, supõem a decomponibilidade do todo que, recusada no processo de individuação dos estímulos sensoriais, aqui também não seria legítima. Os objetos não são percebidos em suas partes (nos seus traços) para, então, serem montados ou organizados, mas exatamente o contrário: eles se apresentam a princípio na sua totalidade (como todos articulados) para, a partir da análise, poderem comportar essa ou aquela característica. É o que postulam, com tanto mais razão, abordagens como o essencialismo psicológico e o experiencialismo, que propõem que a categorização independe da identificação de traços, o que somente é feito depois de categorizadas as configurações.

Para o essencialismo psicológico (Medin 1989), o que orienta o processo de categorização não é a decomposição dos membros em traços e a verificação da necessidade e da suficiência desses traços em relação a um conjunto pré-definido ou a uma instância prototípica; para Medin, categoriza-se a partir de pré-teorias sobre o mundo. As categorias decorreriam não de propriedades inerentes aos recortes da realidade, mas da própria perspectiva que recorta o Real e que faz estabelecer, no recorte, o sentimento de sua identidade. Há, portanto, uma condição de transcendência que é completamente estranha aos modelos decomposicionais: categorias repercutem uma semelhança que não habita entre os assemelhados, mas o assemelhante. A ontologia do Real é tão-somente um epifenômeno da consciência.

People act as if things (e.g. objects) have essences or underlying natures that make them the thing that they are. It seems that people want to have a reason or an explanation for the ways they categorize the world. There should be a reason why birds have wings, live in trees, and have beaks. For example, they are genetically endowed with a means for flying away from their predators. Indeed, even if people don't know the theory behind the features, they are committed to the notion that such a theory exists (or essence) and that it is discoverable (at least by scientists). Thus, people have a way of making sense out of the collection of features that they see and of using these features when they encounter them again as signposts for the theory. (Medin 1989: 1476)

O conjunto de traços, nesse modelo de categorização, não seria senão uma tentativa *a posteriori* de explicitar ou racionalizar essa que seria uma intuição: a transdução, para o simbólico, das proposições da linguagem interna, não-verbal e agramatical, do pensamento. A arquitetura mental fundaria orientações pré-conceptuais de apreensão da realidade que seriam materializadas no processo de categorização.

Categorias seriam a superfície perscrutável de um fenômeno essencialmente primitivo, vinculado a uma estrutura ante-conceptual (o que, em parte, explica a presença de categorias em animais), e a atribuição de traços seria exatamente o exercício humano de compreensão dessa organização originariamente perceptual⁴⁸.

A necessidade de uma dimensão pré-conceptual para o fenômeno de categorização — tanto quanto a exigência de uma linguagem privada para referenciar a linguagem pública — remete seguramente a um paradigma computacional de funcionamento da mente. Se os processos psicológicos (como a categorização) envolvem de fato mecanismos de decisão (de confirmação e refutação), pressupõe-se a existência de um meio de computação: um sistema representacional que serve de substrato ao aparelho conceptual:

The moral I want to draw, then, is that certain kinds of very central patterns of psychological explanation presuppose the availability, to the behaving organisms, of some sort of representational system. I have emphasized, for purposes of exposition, the significance of the organism's representation of its own behavior in the explanation of considered actions. But, once made, the point is seen to be ubiquitous. It was, for example, implicit in the model that the organism has available means for representing not only its behavioral options but also: the probable consequence of acting on those options, a preference ordering defined over those consequences and, of course, the original situation in which it finds itself. To use this sort of model is, then, to presuppose that the agent has access to a representational system of very considerable richness. For, according to the model, deciding is a computational process: the act the agent performs is the consequence of computations defined over representations of possible actions. No representations, no computations. No computations, no model. (Fodor 1975: 31)

⁴⁸Hirsch-Pasek et al (p. 176) reportam o experimento realizado por Medin & Schoben a partir do qual os sujeitos concluíam que há mais similaridade entre cabelo preto e cabelo branco do que entre nuvem preta e nuvem branca. A conclusão teria sido orientada, segundo os autores, por uma teoria de envelhecimento. A similaridade teria se construído não pelo compartilhamento de traços, mas por uma retaguarda teórica que conduziria às inferências alcançadas pelos sujeitos.

A natureza pré-conceptual desse sistema representacional se torna necessária na medida em que evitaria a regressão ao infinito. Se o sistema representacional que parametriza os processos psicológicos fosse também ele parametrizável, haveria de ser compilado para outro sistema representacional que lhe serviria de parâmetro, e assim indefinidamente. Torna-se imperioso, portanto, estabelecer um motor imóvel, um sistema representacional não-simbólico (puramente extensional), ainda que estejamos já não mais na Psicologia mas na Neurofisiologia do comportamento humano.

Na medida em que esse aparelho pré-teórico não existiria senão como virtualidade, estaríamos condenados a uma paleontologia do processo de categorização. Categorias se manifestariam apenas como rastros na neve de um dinossauro imaginário. Poderíamos divisar seu peso, sua altura, sua idade — mas os índices jamais seriam suficientes à reconstituição de todo o processo.

Essa natureza fóssil — ou epidérmica — das categorias impõe uma distinção desconcertante: entre ASPECTO categoria e ASPECTO objeto da teoria lingüística. Por mais que tentássemos atingir a referência por detrás do conceito, estaríamos condenados a flagrar senão a sua versão conceptual já profundamente transfigurada pelo uso e pelo próprio arcabouço (pré)teórico que ela constitui. O paradoxo da auto-referência retorna sob a máscara do paradoxo do engenheiro-navegador: em que medida é possível reconstruir, de dentro, um barco em movimento?

Há, contudo, uma solução disponível: postular a existência de níveis diferentes de categorização. Acreditar, por exemplo, que ASPECTO retoma, de alguma forma, categorias mais básicas. Que há distância entre categorias naturais e categorias artificiais.

A postulação de “basic-level categories” — universais categoriais que presidiriam ao processo de categorização — reverencia, sem dúvida, os estudos de Roger Brown. E há consideráveis evidências experimentais (como o já citado experimento de Gelman & O’Reilly a propósito da capacidade de inferenciação dos sujeitos) que parecem, de fato, corroborar a hipótese de que entre ASPECTO e MAÇÃ há bem mais do que diferenças de conteúdo. Nenhum falante necessita de noções acessórias (como a dimensão de TEMPO, por exemplo) para categorizar em/como MAÇÃ um determinado recorte da realidade. Diferentemente, a categorização das instâncias aspectuais se revela particularmente problemática porque envolveria um conjunto de pressupostos teóricos (sobre a idéia de gramática, por exemplo) mais do que complexo⁴⁹.

Insisto, porém, na oposição entre a categoria e o objeto da teoria lingüística. Se o constructo teórico ASPECTO depende, com efeito, de um grau de sofisticação do conhecimento consideravelmente superior à categoria MAÇÃ (aparentemente não-intermediada por qualquer reflexão metateórica), o mesmo não acontece com a categoria

⁴⁹ A idéia de que há categorias superordenadas que metaforizam, de alguma forma, categorias mais elementares (como as categorias imagéticas) é particularmente cara a Lakoff 1987 e torna-se particularmente visível através do processo de codificação de expressões relativas a tempo, em que se observa clara espacialização da dimensão temporal: *A festa aconteceu no dia 22; Domingo que vem eu vou sair; Quando chegar a época, eu aviso; Estamos perto do Ano-Novo; Meu aniversário ainda está longe; etc.* A existência dessas metáforas — quer crer o autor — é índice de que a experimentação espacial seria, pelo menos em alguma medida, mais primitiva do que experimentação temporal (do contrário não haveria por que os falantes se valerem dessas estratégias de circunlocução).

lingüística. ASPECTO. Raros falantes têm idéia do fenômeno envolvido na oposição entre *Maria chegou ontem* e *Maria chegava ontem* e, no entanto, qualquer falante nativo da língua portuguesa é suficientemente proficiente para recuperar (e materializar) a diferença entre as duas sentenças da língua. O conhecimento que os falantes têm da língua (sua competência lingüística) em nada depende de uma reflexão sistemática ou do domínio da metalinguagem.

Também a presença de recursos perifrásticos na expressão da categoria (como as construções de 'estar' + gerúndio) — fato que poderia ser tomado como apodíctico (ou pelo menos representativo) do caráter derivado (não-original) de ASPECTO — apenas denuncia a precariedade das fronteiras comumente estabelecidas entre os fenômenos da linguagem. O que aparenta ser um uso metafórico de outras categorias mais primitivas pode não ser mais do que a evidência de que o primitivismo é uma questão de latitude cultural. O traço tão nítido muitas vezes adjudicado às expressões da linguagem (como a natureza espacial da preposição 'em') pode revelar-se, também ele, subproduto de uma leitura ainda mais radical: seria teoricamente perfeita (a não ser pelo filtro medieval de Occam) a inversão que situa espaço como metáfora ossificada de tempo. Não há qualquer garantia de que o sentido metafórico não é a versão original que, depois de metamorfoseada pelo uso, retorna à sua acepção primeira.

Não se trata, portanto, de uma oposição entre categorias naturais e artificiais a que se coloca entre ASPECTO e MAÇÃ. A categorização lingüística de ASPECTO (ainda que não o seja a sua categorização metalingüística) é tão natural quanto a categorização

de quaisquer outras noções putativamente primitivas, como MAÇÃ e TEMPO. Nenhuma delas envolveria qualquer tipo de contorcionismo teórico explícito para se revelarem, como manifestação, na linguagem e no comportamento dos falantes. Mas todas elas, por mais óbvias (e naturais) que possam parecer, são ainda o produto de uma atividade nada vegetativa. Mesmo em relação aos juízos mais comezinhos do cotidiano, somos interpelados pelo nosso universo de crenças, nem sempre consciente ou determinado. Somos atravessados, por exemplo, pela crença de que há uma temporalidade emergente dos eventos da realidade, e de que essa temporalidade é linear e triádica, opondo claramente passado, presente e futuro. Somos o objeto da crença de que existe a duração, o completamento, a referência, o tempo da referência, o evento e o tempo do evento; ou de que há início, meio e fim para as situações da vida e do mundo. Principalmente: estamos assujeitados pela idéia de que o todo é o que é em função de suas partes — em função de supostos traços essenciais que caberia à ciência isolar⁵⁰. A crença de que há alguma coisa que faz do ASPECTO, ASPECTO; da linguagem, linguagem; do homem, homem; do Brasil, Brasil, contamina-nos inapelavelmente e representa a própria possibilidade de qualquer abstração. Somos os porta-vozes de uma desconfiança atávica na natureza intransitiva das coisas, que não podem simplesmente ser:

(...) psychological essentialism is the modern extension of feature theories. Features are embedded within richer mental constructs — theories — that organize meaning. Concepts are thus represented at many levels in the system, as correlated bundles of features and through an internal essence of theory of which these features are

⁵⁰É célebre o exemplo de Putnam 1975 segundo o qual se acredita que existe alguma coisa pela qual o ouro é ouro. No capítulo *The meaning of 'meaning'*, o autor reporta o senso comum de que haveria alguma espécie de microestrutura que caracterizaria o ouro e a partir da qual se poderiam estabelecer juízos de 'goldness'. Ainda que não se possa determinar qual seja essa microestrutura ou o que seja essa condição de 'auridade', há a crença de que ela existe e interfere na percepção das coisas que são ouro. A crença, como os traços, mesmo que desconhecidos, inconscientes (e involuntários), seriam determinantes para o estabelecimento do conceito.

O experiencialismo (ou “realismo experiencial”: Lakoff 1987) compartilha em grande parte dos pressupostos da corrente essencialista: a categorização é, novamente, um fenômeno pré-conceptual, sendo a atribuição de traços a sua (tentativa de) conceptualização. Diferentemente da proposta de Medin, porém, introduz-se no modelo contextualista a figura da experiência, que, de certa forma, organizaria a percepção.

O contexto, seja em função dos objetivos, seja em função da cultura, proveria à articulação de categorias. A crença de que as coisas são o que são por compartilharem propriedades (traços) essenciais não existiria incorporeamente. Seria determinada por variáveis contextuais ou funcionais que, em determinadas situações, nos colocariam o problema do que e onde categorizar os estímulos sensoriais. A delimitação de campos semânticos não poderia prescindir de nosso conhecimento de mundo, da experimentação cotidiana e continua da realidade. Quadros, esculturas, música e livros são categorizados como arte não porque guardam qualquer espécie de similaridade formal mas porque se prestam a objetivos parentes (e, conseqüentemente, os experienciamos em situações semelhantes).

Mais do que experiência individual, porém, a experiência coletiva (aquilo a que chamamos “cultura”) interfere e determina o processo de categorização. Lakoff (pp. 92-102) cita o clássico exemplo do Dyrbal, língua falada em parte da Austrália, que reúne

‘mulheres’, ‘fogo’ e ‘coisas perigosas’ em uma mesma e coerente categoria (a partir da recorrência do marcador ‘balan’). A categorização — impensável do ponto de vista do pensamento ocidental — é justificada a partir de hipóteses sobre a construção (cultural) desse parentesco, e não por uma organização conceitual pré-teórica pretensamente universal.

As diferenças entre os modelos de Lakoff e Medin vão, porém, mais além. Lakoff repele, de forma inequívoca, a metáfora da mente como máquina, e recusa que os processos psicológicos sejam mecanismos computacionais de decisão. Não há a necessidade de um sistema representacional (meio de computação) para o processamento psicológico. Porque não haveria, a rigor, “processamento psicológico”. A mente seria dotada de uma plasticidade imune a qualquer tentativa de formalização nos moldes da perspectiva — que ele, Lakoff, define — objetivista da semântica formal. Haveria uma interpenetração de experimentações da realidade que plasmassem o conhecimento tal como ele se nos aparece. E o verdadeiro (porque mais fecundo) objetivo da ciência linguística deveria ser buscar antes a caracterização dessas expansões conceituais do que a descrição de um apenas utopicamente estável sistema pronto e acabado. Deveríamos antes procurar replicar o dinamismo e a instabilidade próprios da linguagem (de uma perspectiva eminentemente wittgensteiniana) do que sepultá-la sob uma fórmula matemática.

O novo (?) paradigma mantém, contudo, consideráveis pontos de convergência com o modelo anterior. Lá como aqui, os traços constituintes também não são

considerados constitutivos das categorias. São normativos. Estabelecem-se não como condição sem a qual não há categorização, mas como condição sem a qual não há conceptualização da categorização. E, especialmente, lá como aqui, desarticula-se a idéia de que seja factível uma definição conteudística unívoca para ASPECTO.

De fato, a conseqüência mais imediata da assunção de uma ou outra abordagem do fenômeno da categorização envolve a renúncia da caracterização de ASPECTO nos termos em que tem sido normalmente proposta pela tradição. O que faz de ASPECTO, ASPECTO não pertence, senão secundariamente, a ASPECTO. Está ou na arquitetura mental que orienta a categorização (que funda o recorte e o sentimento ASPECTO), ou no contexto cultural que determina sua interpretação. A aspectualidade é um juízo exógeno e deve ser tratada, portanto, do ponto de vista de sua exterioridade. A partir da caracterização da linguagem do pensamento que permite pensarmos a categoria, por exemplo, ou a partir da determinação dos pressupostos culturais que a tornam possível. Em todos esses casos, não cabe dizer que ASPECTO significa isso ou aquilo. A questão não é essa. Em parte, porque ASPECTO pode significar, simultaneamente, isso e aquilo: basta que diferentes conceptualizações ou posturas teóricas distintas (como as que, sob a forma de ilustração, pontuaram este trabalho) recortem a categoria a partir de primitivos metateóricos divergentes e a situem, conseqüentemente, em paradigmas comunicáveis. De resto, porque esse significado aspectual, a par de sua virtual incomensurabilidade, pouco ou nada acrescenta à elucidação do fenômeno. Estabelecer definições conteudísticas como “duração” ou “relação entre o tempo da referência e o tempo do evento” não passa de uma apagogia. Apenas deslocamos o problema: persistimos na

ignorância de pelo menos duas outras questões: o que é “duração” e o que é “relação entre o tempo do evento e o tempo da referência”; e por que a linguagem elegeu, entre as inúmeras categorias naturais disponíveis, uma ou outra para servir de substrato à representação aspectual.

A compreensão de ASPECTO, bem distante da veleidade de sua manipulação, não pode residir, portanto, na capacidade de os lingüistas poderem afirmar (ou rotular) as variantes lingüísticas a partir da reincidência de marcas morfossintáticas; mas em sua habilidade de traçar a arquitetura ou contexto que determinam essa espécie de reação que, em função de sua natureza autofágica, revela-se inteligível apenas através de sua desmaterialização.

9. Conclusão

Sob a postulação de ASPECTO como categoria gramatical, esconde-se uma convergência ainda anterior e seguramente maior: a de que ASPECTO significa. O morfema {va}, diferentemente dos fonemas /v/ e /a/, é considerado uma unidade mínima de significação, como significativa será a classe que o compreende. Não faz sentido, portanto, falar-se, na teoria, em /aspecto/, mas em {aspecto}. A aspectologia, como campo do conhecimento, filia-se flagrantemente ao domínio da semântica, muito mais do que ao da morfologia ou da sintaxe, onde também encontra, obviamente, repercussão.

A idéia de que pode ser adjudicado um sentido às formas aspectuais remete, porém, às inúmeras e (muitas vezes incomensuráveis) definições de sentido que vicejam na história da semântica. De fato, qual a definição de significado que torna as formas aspectuais significativas? Que acepção de sentido faz as formas aspectuais serem dotadas de sentido? Que semântica autoriza a idéia de ASPECTO?

Desnecessário dizer que também estas são perguntas que não encontram abrigo na tradição. Pouco tem importado aos aspectólogos explicitar a concepção de sentido e de significação que os norteia; o sentido é mais uma vez o tudo que é nada; é o que faz com que as coisas que têm sentido tenham sentido; é a tautologia que paralisa.

Inúmeros são, porém, os desdobramentos associados a essas assunções. Diferentes concepções de sentido remetem, necessariamente, a diferentes tratamentos de ASPECTO. E seguramente nem todas as semânticas autorizariam a existência da noção. Para uma semântica em que significar é existir no mundo, por exemplo, ASPECTO não deveria ser procurado na linguagem, mera nomenclatura do Real. O mesmo de certa forma vale para qualquer semântica que proclame que significar é existir na mente: ASPECTO já não será um fato da língua, mas um fenômeno — no sentido mais caro a Husserl — da linguagem. Se abraçarmos a tese de que significar é poder ser analisado em unidades menores, em traços constituintes, em semânticos primitivos, em condições de verdade, seremos levados a crer que ASPECTO não pode ser senão um feixe de outros significados, que o significado de ASPECTO é um seu interpretante, uma sua tradução. Se admitirmos a idéia de que o significado é o uso, concluiremos por um ASPECTO que são tantos quantas forem suas inserções contextuais. Por fim, poderá nem mesmo ser acessível o sentido de ASPECTO, se considerarmos que ASPECTO não é mais do que um efeito de sentido.

Cada concepção de sentido avoca, evidentemente, uma diferente concepção de ASPECTO. É a vingança da linguagem contra a Linguística, e a moral esquizocéfala deste trabalho.

Mas a maior contribuição deste texto envolve talvez uma abdução. Este trabalho adia sua implicação mais óbvia: a recusa da natureza representacional da gramática. Se as definições extensionais não são constitutivas de ASPECTO, também o caráter representacional da gramática é ilusório. A estruturação gramatical não seria a versão na

linguagem de uma estrutura pré-lingüística, mas uma ordenação primitiva (não-entremeadada) da Realidade. Não haveria qualquer instância intermediária entre a linguagem e o mundo: a linguagem seria parte (e não subproduto) da apreensão do Real. A aparente vinculação entre o aparelho lingüístico e outros mecanismos cognitivos de processamento da Realidade seria eminentemente epifenomênica ou externa ao desempenho de um e outro fenômeno psicológico.

A abdução envolve também a que considero a maior dívida deste trabalho: a desconstrução da categoria lingüística de ASPECTO. Se não é legítima uma abordagem decomposicional das categorias gramaticais, é fundamental investigar o processo de categorização que lhes é subjacente, é crucial entender por que, mesmo voláteis, são possíveis definições positivas para essas categorias.

A terceira margem do título também merece uma explicação. É um intertexto com Godoi 1992 e, indiretamente, com Dahl. Coloca-se como alternativa às duas tradições da aspectologia: a tradição oriental indutivista (fortemente presente nos estudos do português) e a tradição anglo-saxã aristotélica (que se volta para a tipologia verbal). Uma e outra se ofereceram, desde o início deste trabalho, como as duas únicas possibilidades de tratamento da marca aspectual. Ou eu partia da (aparente) visibilidade das formas para a teorização lingüística, ou partia do meu universo de crenças acerca dos verbos (e do que julgo acreditar que expressam) para a identificação das formas aspectuais. Os dois caminhos, embora freqüentemente trilhados com brilhantismo, não têm conduzido senão ao impasse. A trajetória, por mais que sirva ao desejo mais

inconfessável de qualquer lingüista [emoldurar a linguagem], pouco se presta à aquietação do sentimento (ubíquo) de dúvida e impertinência que se revelou absolutamente iniludível durante toda esta dissertação.

Por fim, a conclusão deste trabalho deve ainda confessar um silêncio seguramente incômodo. Calo aqui sobre o trabalho de Jacques Derrida, freqüentemente associado à idéia de desconstrução, que é o fio que pretende nos conduzir para fora do labirinto que é esta dissertação. Não saberia dizer hoje quais são as semelhanças e as diferenças entre a acepção de desconstrução divisada por todo este texto e aquela pretendida por Derrida. Acredito que haverá pontos de contato. Maiores, porém, acredito ser as divergências. Quero crer que Derrida renuncia, como eu, à pretensa univocidade da postura logocêntrica que marca a história da ciência. Como eu, prefere a dúvida, e um estilo mesmo impressionista de afirmar que afirmar é inafirmável. Como eu, flerta com o paradoxo e procura expor a ilusão que é o saber. Mas Derrida — até onde sei — retira da linguagem o seu próprio caráter representacional. A linguagem é a realidade e o pensamento. É tudo. É o simbólico. Não há o fora da linguagem e, portanto, não há o que ser representado. Este trabalho não chega a tanto: opõe-se apenas à existência do não-signo, não à existência do extralingüístico (na concepção de linguagem verbal da Lingüística, jamais da Semiótica).

Se esta é uma conclusão, *acta est fabula*.

10. *Referências bibliográficas*

ARISTOTLE. *Metaphysics*. In: *Complete Works of Aristotle*. Princeton: Oxford University Press, 1984

_____. *Categories*. In: *Complete Works of Aristotle*. Princeton: Oxford University Press, 1984.

AUSTIN, J. L. *Performative Utterances*. In: MARTINICH, A. P. (ed.) *The Philosophy of Language*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. pp. 105-114.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO FILHO, L. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1975.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1977.

BURKHARDT, A. *Speech Act Theory - The Decline of a Paradigm*. In: _____ (ed.) *Speech Acts, Meaning and Intentions - Critical Approaches to the Philosophy of John R. Searle*. Berlin: Walter de Gruyter, 1990.

CASTILHO, A. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. In: *Alfa*, 12: 7-135, 1967.

COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect And related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COSTA, S. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.

CRETELLA JR., J. *O aspecto e o tempo no sistema verbal*. *Jornal de Filologia*, 1 (2): 135-141, 1953.

- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- FODOR, J. A. *The language of thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- _____. *Representations*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1981.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.
- FUCHS, A. Aspecto verbal e dêixis. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 15: 87-109. Campinas, 1988.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- GARDNER, H. *A nova ciência da mente*. São Paulo: Edusp, 1995.
- GIBBS Jr, R. W. Literal meaning and psychological theory. *Cognitive Science* 8: 275-304, 1984.
- GODOI, E. *Aspectos do aspecto*. Campinas: UNICAMP, 1992. (Tese de doutorado)
- GRICE, H. P. Meaning. In: MARTINICH, A. P. (ed.) *The Philosophy of Language*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. pp. 72-78.
- HIRSH-PASEK, K., REEVES, L. & GOLINKOFF, R. Words and Meaning: From Primitives to Complex Organization. In: GLEASON, J. B. & RATNER, N. B. *Psycholinguistics*. Fort Worth: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1993.
- HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVON, T. (ed.) *Syntax and Semantics - vol 12*. New York: Academic Press, 1979.
- JACKENDOFF, R. S. *Semantics and Cognition*. Cambridge: The MIT Press, 1983.
- KANT, I. *A crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1978.

- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. pp.109-172.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LEROY, M. *As grandes correntes da Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- LOPES, E. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- MEDIN, D. L. Concepts and category structure. *American Psychologist*, 44, 1469-1481, 1989.
- MEDIN, D. L. & SCHAFFER, M. M. Context theory of classification learning. *Psychological Review*, 85, 207-238, 1978.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- PRADO JR, B. O relativismo como contraponto. In: CÍCERO, A. & SALOMÃO, W. *O relativismo enquanto visão de mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- PEIRCE, C. S. *Escritos coligidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PUTNAM, H. *Mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROSCH, E. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, T. E. (ed.) *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, 1973. pp. 111-144.

_____. Principles of categorization. In: ROSCH, E. & LLOYD, B. *Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

RYLE, G. *The concept of mind*. New York: Barnes and Noble, 1949.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SEARLE, J. R. *Speech Acts: An essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. Literal Meaning. In: _____. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. pp. 117-136.

_____. What is a Speech Act? In: MARTINICH, A. P. (ed.) *The Philosophy of Language*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. pp.115-125.

SMITH, E. E. Categorization. In: OSHERSON, D. & SMITH, E. (eds.) *An invitation to cognitive science - volume 3: Thinking*. Cambridge: The MIT Press, 1990. pp. 33-53.

TALMY, L. *The relation of grammar to cognition*. Berkeley: Institute of Cognitive Studies, 1986.

TODOROV, T. & DUCROT, O. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia: UFU, 1985.

_____. O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 12: 61-98*. Campinas: 1987.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.